

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2006/2007



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU BRASILEIRAS.

O BRASIL NA ATUAL CONJUNTURA INTERNACIONAL.
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTOS FUTUROS,
MORMENTE O SEU PAPEL NO ATLÂNTICO SUL.
OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA PORTUGAL E PARA A CPLP

JOSÉ CLÁUDIO CRUZ
Capitão-de-Mar-e-Guerra



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O BRASIL NA ATUAL CONJUNTURA INTERNACIONAL.
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTOS FUTUROS,
MORMENTE O SEU PAPEL NO ATLÂNTICO SUL.
OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA PORTUGAL E PARA A
CPLP.**

**José Cláudio Cruz
Capitão-de-Mar-e-Guerra**

Trabalho de investigação individual do Curso de Promoção a Oficial General

Lisboa - 2007



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O BRASIL NA ATUAL CONJUNTURA INTERNACIONAL. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTOS FUTUROS, MORMENTE O SEU PAPEL NO ATLÂNTICO SUL. OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA PORTUGAL E PARA A CPLP.

**José Cláudio Cruz
Capitão-de-Mar-e-Guerra**

Trabalho de investigação individual do Curso de Promoção a Oficial General

Orientador: Cor Tir Eng José Antônio C. Rodrigues da Costa

Lisboa - 2007

Índice

Resumo	iv
Resumo em inglês (abstract)	iv
Palavras-chave	iv
Lista de abreviaturas	v
1. Introdução	1
2. O Brasil: aspectos históricos e fisiográficos	3
a. Evolução histórica	3
b. Aspectos fisiográficos	5
c. Síntese conclusiva	6
3. A conjuntura brasileira	7
a. Expressões do Poder Nacional	7
b. Síntese conclusiva	19
4. A atual conjuntura internacional	21
a. A inserção do Brasil	23
b. Síntese conclusiva	24
5. O cenário geoestratégico do Atlântico Sul	26
a. Atlântico Sul: potencialidades e vulnerabilidades	26
b. A proteção marítima frente às novas ameaças	29
c. Síntese conclusiva	31
6. A CPLP	33
a. A Organização	33
b. O segmento da defesa	34
c. A cooperação como alavanca para o desenvolvimento	35
d. Síntese conclusiva	38
7. Conclusões	40
Referências	42
Anexo A – Corpo de conceitos	45
Anexo B – Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	47

Resumo

A conjuntura brasileira caracteriza-se por sua economia competitiva; respeito aos princípios constitucionais e ao Direito Internacional; extraordinário potencial de recursos minerais, biodiversidade e fontes energéticas; instituições nacionais que têm dado demonstrações de estabilidade em meio a crises; e a plena vigência do processo democrático. No entanto, o País não está livre das ameaças presentes num mundo cada vez mais globalizado, sendo fundamental o papel das coligações internacionais. Nesse sentido, Brasil, Portugal e a CPLP, associados aos blocos regionais de interesse, MERCOSUL e a UE, geram sinergias, de modo a contraporem-se às vulnerabilidades. Desta forma, compreende-se a importância da realização deste trabalho acadêmico, que empregou o método dedutivo por meio de investigação científica, resultando na apresentação das principais possibilidades e desafios para Portugal e CPLP, a partir das perspectivas de desenvolvimento do Brasil que, certamente, contribuirão para fortalecer, ainda mais, os laços de amizade e solidariedade entre os Países Lusófonos.

Resumo em inglês (*abstract*)

The Brazilian conjuncture is characterized by its competitive economy; it respects the constitutional principles and the International Law; it has an extraordinary potential of mineral resources, biodiversity and energy sources; its national institutions demonstrated stability at moments of crisis and its democratic process is fully valid. However, the country is not free from the threats that exist in a more and more globalized world, which makes the role of international coalitions a fundamental one. In this context, Brazil, Portugal and CPLP, associated to the regional blocks of interest, MERCOSUL and UE, generate synergies, thus opposing vulnerabilities. This justifies the importance of this academic work, which used the deductive method by means of scientific research, and resulted in the presentation of the main chances and challenges for Portugal and CPLP, from the perspectives of development of Brazil that, certainly, will contribute to fortify, even more, the bows of friendship and solidarity between the Portuguese speaking Countries.

Palavras-chave

Brasil, Portugal, CPLP, cooperação, oportunidades, Atlântico, MERCOSUL, UE.

Lista de abreviaturas

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CAMAS	Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPEM	Curso de Política e Estratégia Marítimas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção à Oficial General
EEIN	Espaço Estratégico de Interesse Nacional
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
IMO	International Maritime Organization
ISPS	International Ship and Port Facility Security
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LCM	Linha de Comunicação Marítima
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MD	Ministério da Defesa
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PSI	Proliferation Security Initiative
PROEP	Programa de Expansão de Formação Profissional
PDN	Política de Defesa Nacional
SUA	Suppression of Unlawful Acts
SUS	Sistema Único de Saúde
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
UE	União Européia
ZPCAS	Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul

1. Introdução

O Brasil, País de grandes dimensões, está inserido numa região de perfil diversificado - amazônico, platino e do Cone Sul-americano, que extrapola a concepção do espaço continental ao entorno geoestratégico de interesse, incluindo o Atlântico Sul pela extensão de suas águas jurisdicionais e potencial econômico.

O fortalecimento do processo de integração regional com a consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o estreitamento de relações com os países amazônicos por meio do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a criação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZPCAS) contribuem para a inserção do Brasil no contexto regional, que conjugados à postura pró-ativa de sua política externa, certamente, viabilizará a consecução do projeto nacional de desenvolvimento sustentável, abrindo espaço para a afirmação do País no contexto global.

No contexto mundial, os problemas a cada dia se diversificam, provocados por fenômenos de ordem natural, ideológica e social, tornando fundamental o papel das coligações internacionais como forma dos Estados, por meio de mecanismos de cooperação, contraporem-se às dificuldades e incertezas. O Governo brasileiro, consciente da importância do tema, ratificou o Protocolo de Quioto em 20 de junho de 2002, adotando medidas internas de preservação do meio ambiente, priorizou o combate às desigualdades sociais e manifestou o seu repúdio às ameaças transnacionais.

O Brasil com a economia fortemente dependente do mar, devido à globalização do comércio, frente à ameaça do terrorismo, implementou as novas medidas de proteção marítima deliberadas pela “International Maritime Organization” (IMO). Nesse sentido, grande parte da comunidade internacional, ainda de luto pelas vítimas do atentado do 11 de setembro de 2001, também reagiu rapidamente, aderindo às resoluções, de forma a garantir a liberdade do uso do mar.

O Brasil, integrado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), desde a sua criação em 17 de julho de 1996, contribui para o desenvolvimento de seus diversos segmentos: cultural, diplomático, econômico, político e, o mais recente, da defesa, numa dinâmica conjunta de fortalecimento da instituição. Por sua vez, a CPLP vem empreendendo esforço continuado para a sua afirmação internacional, por meio de ações estratégicas de cooperação entre os países lusófonos e interação a outros foros, contribuindo, desta forma, para a consecução de seus objetivos.

A promoção do bem-estar da sociedade e a liberdade, no sentido amplo da palavra, aqui abordada quanto às questões do uso do mar, revestem à comunidade internacional

preocupação constante. Assim, compreende-se a importância da realização deste Trabalho de Investigação pela atualidade do tema em lide, e por apresentar novos pontos focais de cooperação que, notadamente, contribuirão para fortalecer, ainda mais, os laços de amizade e solidariedade entre os Países Lusófonos.

No âmbito deste trabalho acadêmico, cujo tema atribuído configura o objetivo em enquadrar o Brasil na atual conjuntura internacional e perspectivar o desenvolvimento futuro, mormente o seu papel no Atlântico Sul, relacionando as oportunidades e desafios para Portugal e CPLP, cumpre-me, para a consecução da pesquisa, limitar a abordagem as questões relacionadas à economia e segurança.

A partir da análise do objetivo da pesquisa, procurar-se-á responder a questão central: qual o papel que o Brasil poderá desempenhar na cena internacional? e as questões derivadas: quais as potencialidades e vulnerabilidades do Brasil?; qual o posicionamento do Brasil na atual conjuntura internacional?; qual a importância estratégica do Atlântico Sul?; e quais as oportunidades e desafios que se colocam para Portugal e para a CPLP?

Para tal, antes de enumerar as possibilidades para Portugal e CPLP, será necessário efetuar o enquadramento do Brasil, considerando os aspectos históricos, fisiográficos e as expressões do Poder Nacional¹; analisar a inserção do Brasil na atual conjuntura internacional; estabelecer o cenário geoestratégico do Atlântico Sul e analisar o papel da CPLP como promotora de mecanismos de cooperação.

Na construção do modelo de análise recorreu-se à metodologia aplicada, de forma a encontrar respostas para as questões formuladas com a consideração de uma hipótese, que se reveste de uma resposta provável. Assim, foi formulada a seguinte hipótese: A União Europeia (UE) e o MERCOSUL contribuirão para os projetos de interesses partilhados junto à CPLP.

O método científico empregado, na elaboração deste trabalho, foi o dedutivo por meio de investigação. A partir das perguntas derivadas e da hipótese formulada foi delineada uma abordagem qualitativa através da exploração (Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, 2003) de variada bibliografia, conferências, artigos, periódicos, legislação disponível e “sites” da Internet relacionados ao assunto.

¹ Econômica, Política, Militar e de Ordem Social.

2. O Brasil: aspectos históricos e fisiográficos

a. Evolução histórica

(1) O período colonial

Em 9 de março de 1500, a esquadra portuguesa, comandada por Pedro Álvares Cabral, partiu de Lisboa com a missão de garantir o monopólio português na Índia. Esta foi a expedição que realizou o descobrimento das terras de Vera Cruz, atual Brasil.

A divisão do mundo entre Portugal e Espanha por meio do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, não era reconhecida pelos franceses, que invadiam e ocupavam vários pontos do litoral brasileiro. Diante dessa situação, a Coroa Portuguesa iniciou a colonização do Brasil, implantando as Capitanias Hereditárias. Em 1549, o processo de colonização foi alterado com a criação dos Governos Gerais, ocasião em que foi nomeado Tomé de Souza como primeiro governador-geral.

A expulsão dos franceses, que tinham ocupado o Maranhão e o Rio de Janeiro, se deu no governo de Mém de Sá, tendo seu sobrinho, Estácio de Sá, vindo a fundar a cidade do Rio de Janeiro, futura capital da colônia.

O ano de 1792 ficou marcado na história pela Inconfidência Mineira, primeiro movimento pela independência do Brasil. A resposta da Coroa foi a repressão dura, que culminou com a condenação à morte de diversos líderes dentre eles Tiradentes, enforcado e esquartejado (Ferreira, 1986).

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, devido à invasão napoleônica, ocorreu em 1808, ocasião em que deu impulso ao desenvolvimento do Reino, agora unido ao de Portugal e Algarves. No entanto, o período da Corte no Brasil foi curto, pois as condições políticas à época, com a exigência do fim da monarquia absolutista, obrigou o rei D. João VI a retornar à Portugal, deixando no Brasil o seu filho D. Pedro I.

As pressões da Corte portuguesa para o retorno do Príncipe Regente e do Brasil à condição de colônia eram crescentes, marcando, na história, o dia 09 de janeiro de 1822 como o “Dia do Fico”, pois representou a decisão de D. Pedro I em permanecer no Brasil.

(2) O Império

A independência, proclamada em 07 de setembro de 1822, significou o fim das tentativas de Portugal em recolonizar o Brasil e fez surgir uma nova Nação. A primeira Carta Magna foi outorgada em 1824, estabelecendo a existência de 4 Poderes políticos: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Poder Moderador, exercido pelo Imperador.

No ano de 1831 ocorreu a abdicação de D. Pedro I, o qual resolveu retornar à Portugal para lutar em defesa dos interesses de sua filha Maria da Glória ao trono. Abdicou

em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, D. Pedro II, então com 5 anos de idade, dando início ao período regencial (Ferreira, 1986).

(3) O período regencial

O período compreendido entre 1830 e 1888 constituiu uma fase de acirramento na luta contra o tráfico de escravos. A assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, marcou a abolição da escravidão no Brasil. O País passava por profundas mudanças sociais e econômicas, que culminou com a Proclamação da República.

(4) A República

Em 15 de novembro de 1889, o País viveu a implantação de um novo regime de governo, a República, com o afastamento do Imperador sem derramamento de sangue. Nesse período, foi dado incentivo à imigração estrangeira, proveniente de várias partes da Europa, principalmente, Itália e Espanha, como forma de substituir a mão-de-obra escrava.

O ano de 1930 marcou o fim do período conhecido como "República Velha", caracterizado pela política agrária. As mudanças políticas e a conjuntura econômica internacional, à época, deram início à substituição da elite agrária pela industrial com o conseqüente desenvolvimento econômico do País.

(5) O “Estado Novo”

A Revolução de 1930 instaurou no Brasil um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano, estimulado pelos efeitos da quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que derrubou os preços do café e de outros produtos brasileiros de exportação.

O período compreendido entre 1930 e 1945 foi denominado como a “Era Vargas”, que marcou o governo autoritário e centralizado do Presidente Getúlio Vargas, caracterizado pelo populismo, nacionalismo e trabalhismo.

O Presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, impulsionou o desenvolvimento industrial, criando o Plano de Metas. A construção da nova capital, Brasília, e os investimentos realizados em infra-estruturas geraram a necessidade de recorrer a financiamentos externos.

Na sucessão, o Presidente Jânio Quadros renunciou após sete meses de governo, dando posse ao vice-presidente, o trabalhista João Goulart, que levou o País ao estado de desordem institucional, culminando com o movimento militar de março de 1964 (Ferreira, 1986).

(6) O período militar

O País vivia um regime de exceção. Em 1974, assumiu a presidência o General Ernesto Geisel, dando início ao processo de retorno à vida democrática. Nesse período, foi

atribuída prioridade ao planejamento estratégico, com investimentos expressivos em infra-estruturas relacionadas ao setor de energia. A economia brasileira cresceu significativamente, na ordem de 10% anuais, nos anos 70, passando à nona posição na economia mundial.

(7) O retorno à democracia

A década de 80 marcou, no plano político, a consolidação da abertura democrática. No plano econômico, o período foi caracterizado por uma inflação galopante. Ao final deste período, no governo de José Sarney, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, sendo promulgada a Constituição de 1988, atualmente em vigor.

Na eleição de 1990, o candidato vitorioso, Fernando Collor de Melo, iniciou seu governo com um ambicioso programa de estabilização da economia, também fracassado, o "Plano Collor". Em 1992, frente às graves denúncias de corrupção, sofreu o processo de "impeachment", vindo a renunciar o cargo. Assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que implantou, logo em seguida, o Plano de Estabilização Econômica, denominado "Plano Real", o qual conseguiu conter a inflação e estabilizar a moeda.

Nas eleições de 1994, foi eleito Fernando Henrique Cardoso, do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), reeleito em 1998. O seu período de governo foi marcado por reformas constitucionais, derrubada de monopólios estatais, privatizações, agravamento da dívida externa e interna, e inflação controlada.

Em janeiro de 2003, assumiu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Ex-metalúrgico e ex-líder sindical foi eleito pela maioria de votos válidos (61%), apresentando como meta de seu governo o crescimento sustentável e o combate à fome. No final de 2006, o Presidente Lula foi reeleito em segundo turno, para mandato de mais quatro anos, o qual tomou posse em 01 de janeiro de 2007.

b. Aspectos fisiográficos

O Brasil, situado na porção centro-oriental da América do Sul, ocupa uma área de 8.514.876,599 km², equivalente a 21% das Américas e 48% da América do Sul, o que o classifica em quinto maior país do mundo em extensão. Os seus limites fronteiriços estendem-se por 23.086 km. Ao Norte, Oeste e Sul confronta-se com quase todos os países sul-americanos, exceção do Chile e Equador, perfazendo 15.719 km de fronteiras. A leste com o Oceano Atlântico, apresentando o litoral de 7.367 km de extensão.

O Brasil está dividido geograficamente em cinco regiões distintas: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e o Distrito Federal, onde está localizada a Capital Federal – Brasília.

O relevo é pouco acidentado, sendo que pouco mais de 62% do território corresponde às áreas de planalto, enquanto a parcela restante corresponde às planícies. O ponto mais alto é o pico da Neblina, no Estado de Roraima, com 3.014 m. Três quintos do País encontram-se abaixo dos 1200m, caracterizando-o como território de planaltos de altitudes moderadas (Adas, 1979).

O País possui uma das maiores redes hidrográficas do mundo, com rios que apresentam grande extensão, largura e profundidade. O predomínio de rios de planalto permite o aproveitamento hidrelétrico, que representa mais de 80% de toda a energia elétrica produzida no País. São inúmeras represas, dentre elas figura Itaipu como uma das maiores obras do gênero já construídas pelo homem. Os rios de planície, em menor número, são muito utilizados para a navegação.

O Brasil é um País tropical, constituído por ambientes diversos em que se destacam a Floresta Amazônica, o Pantanal Mato-Grossense, a Caatinga, o Sertão e a Mata Atlântica. O clima é favorável à exuberância da vegetação e aos diferentes ecossistemas, como mangues, restingas, dunas e recifes de corais, tornando a fauna brasileira uma das mais diversificadas do planeta (Adas, 1979).

c. Síntese conclusiva.

A história brasileira é marcada por fatos que evidenciam a forte identidade cultural ao colonizador, fundamentada pelos ideais de liberdade, democracia e respeito ao próximo que, certamente, contribuíram para o desenvolvimento desta grande Nação. O povo brasileiro, caracterizado por sua postura pacífica, solidária, amiga e pró-ativa, envolvido pelo amor à Pátria, sempre procurou superar todas as dificuldades em nome do progresso e da soberania Nacional.

Não obstante as eficientes ações diplomáticas, a expressão do território nacional e o grande número de países vizinhos não tornaram difícil a delimitação das fronteiras brasileiras, devido, principalmente, às características naturais apresentadas no seu contorno geográfico.

A diversidade de climas e ecossistemas, assim como os diferentes tipos de solos, proporcionam vastos recursos vegetais, animais e minerais que, conjugados à grande rede hidrografia, importante fator de integração nacional e de produção de energia, contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico do País.

3. A conjuntura brasileira

a. Expressões do Poder Nacional

(1) Expressão social

A população brasileira, estimada em 186 milhões de habitantes, está dividida pelas seguintes etnias: brancos (55,2%), pardos (38,2%), pretos (6%), amarelos (0,4%) e indígenas (0,2%), representando o quinto país mais populoso do mundo. A densidade populacional é de 18,7 hab/km² com a concentração de 81% de seus habitantes nos grandes centros urbanos. A Região Sudeste detém a maior concentração populacional por área geográfica (Population, 2006).

A expectativa de vida dos brasileiros aumentou de 41,5 anos (1940) para 71,41 (2004), devendo atingir os 74,3 em 2030. Essa maior longevidade, associada à queda da taxa de natalidade, aumentou a participação de idosos na população. A taxa de crescimento da população acelerou nos últimos 30 anos, denominada transição demográfica, fruto combinado da diminuição lenta, porém progressiva, das taxas de mortalidade e de natalidade, por mudança de comportamento no planejamento familiar. Apesar da taxa de crescimento ser compatível com as observadas em países desenvolvidos, apresenta desníveis inter-regionais, notadamente entre a Região Sul e Nordeste (Costa, 2006).

A educação deu um grande salto de qualidade, a partir da década de 90. As novas tecnologias impuseram a necessidade de elevar o nível de escolaridade e habilidades. O aumento da rede de universidades federais e o estabelecimento de excelente nível de pós-graduação permitiram o desenvolvimento do ensino superior. Nos últimos 30 anos, houve a redução significativa das taxas de analfabetismo, mas ainda são consideradas elevadas (13%) quando comparadas aos números apresentados pelos países desenvolvidos (Educação, 2006).

Nos últimos anos, vários Programas na área da saúde foram desenvolvidos pelo Governo, produzindo impacto positivo na qualidade de vida dos brasileiros. Como resultado, observou-se a redução do número de pacientes em hospitais. O Programa brasileiro de controle da AIDS recebeu o reconhecimento da comunidade científica internacional, tornando-se exemplo a ser seguido por suas características marcantes, como a integração entre a prevenção e assistência, e a incorporação da perspectiva de direitos civis à prevenção (Saúde, 2006 a)).

O apoio médico-hospitalar é prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), gratuito, gerenciado pelo Ministério da Saúde e executado em nível municipal, que busca atender a todos, especialmente à parcela mais pobre da população. O SUS está sendo modernizado

gerencialmente, a fim de corrigir graves erros em sua administração, que não permitem o atendimento a nível aceitável (Saúde, 2006 b)).

A população brasileira pratica o ecumenismo religioso, embora a religião católica seja adotada pela maioria. Atualmente, observa-se que o Brasil apresenta tendência à maior diversidade religiosa, pelo surgimento de novos grupos evangélicos, principalmente, se considerados os últimos censos demográficos, como também, o crescimento da prática do sincretismo religioso de origem africana.

O Brasil chegou ao século XXI em profundo processo de reestruturação de sua economia, que o levou à modernização tecnológica e gerencial, e à abertura comercial, provocando uma competição mais intensa no mercado interno. Esses fatores afetaram, e continuarão afetando, nos próximos anos, os segmentos trabalhistas e sociais ligados às grandes indústrias. Assim, essas modificações estruturais têm produzido impacto negativo sobre a taxa de emprego, podendo se agravar, sobretudo, pela busca constante da produção industrial a baixo custo.

O Governo, preocupado com essa situação, que atinge, basicamente, os segmentos mais pobres da população, tem estabelecido uma série de Programas e ações sociais, que procuram promover e garantir os direitos básicos e igualdade de oportunidades, como também, mecanismos fiscais e legais que combinados permitirão reduzir a taxa de desemprego no País (Trabalho, 2006).

A criminalidade nos grandes centros tem provocado intranquilidade à sociedade, fazendo com que as autoridades busquem alternativas para reduzi-la. Nesse sentido, foi criada a Força de Segurança Nacional, formada por agentes selecionados de diversas Polícias Militares dos Estados, com o propósito de promover a segurança e o controle de áreas focais onde incida o crime organizado.

O Governo, face à crescente ameaça, resolveu alterar a estratégia de combate ao crime organizado, determinando o maior envolvimento das Forças Armadas (FA) nas ações de segurança pública, notadamente, no controle de fronteiras e de portos, além do apoio tradicional nas áreas de inteligência, logística, instrução e comunicações. Recentemente, em janeiro de 2007, as FA foram convocadas a participar, por determinação do Presidente da República, do Programa de Combate à Criminalidade, em apoio aos Governadores da Região Sudeste (Justiça, 2007).

Outra resposta positiva do Governo foi a regulamentação da Lei 9.614, de 05 de março de 1998, conhecida como “Lei do Abate”, que permitiu a atuação mais efetiva da Força Aérea contra vôos irregulares, normalmente àqueles que transportam drogas e armas

sobre a Região Amazônica. Os pelotões de fronteira do Exército, situados na região norte e centro-oeste, assumiram papel fundamental na nova estratégia de controle de fronteiras, em razão da incorporação de ações tipicamente policiais às tradicionais tarefas de vigilância, tais como revista de pessoas, veículos, embarcações e aeronaves, e prisões em flagrante delito.

(2) Expressão política

(a) Estrutura do Estado

O Brasil é uma República Federativa, formada por 26 Estados e um Distrito Federal, e está organizado sob três poderes independentes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Desde 1985, o sistema político brasileiro adota o modelo pluripartidarista sem restrições à qualquer partido, tanto em termos de composição quanto em ideologia.

O Poder Executivo é representado pela Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e demais órgãos da administração federal. O Presidente é eleito, juntamente com o Vice-Presidente, em chapa única, para mandato de 4 anos, podendo ser reeleito uma vez por igual período. É o responsável pelo gerenciamento do Estado e pela administração pública do País, estabelecendo e implementando planos e programas de governo.

O Poder Legislativo é representado pelo Congresso Nacional, em sistema bicameral, composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. O Senado Federal é composto por 81 senadores, representantes dos Estados e do Distrito Federal. A Câmara dos Deputados é composta por 513 Deputados eleitos como representantes do povo, através de voto nominal, para mandato de 4 anos, podendo também serem reeleitos sucessivamente sem restrições.

O Poder Judiciário é composto por Cortes federais e estaduais. O Direito brasileiro tem suas raízes no Direito Romano e fundamenta-se em uma estrutura de dois níveis de julgamento: a 1ª Instância, representada pelo juízo singular; e a 2ª Instância, a nível de recurso, por órgãos colegiados. Os direitos e garantias do cidadão estão previstos na Constituição Federal e são regulados através de legislação específica. O Poder Judiciário está organizado em setores especializados, Justiça Eleitoral, Justiça Federal, Justiça Militar e Justiça do Trabalho, sendo o Supremo Tribunal Federal (STF) a mais alta Corte.

(b) Política interna

Apesar das transformações positivas obtidas, nos últimos anos, nos campos social e econômico, os desafios continuam imensos, principalmente pelas assimetrias regionais e extensão territorial. Nesse contexto, a política interna tem contribuído para que os brasileiros tenham melhores oportunidades, através da criação de Programas sociais, tais

como “Fome Zero” e “Primeiro Emprego”, e de desenvolvimento sustentável, compromissos estabelecidos no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Governo Federal, em 23 de janeiro de 2007, lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões até 2010, com prioridade para infra-estruturas: portos, aeroportos, rodovias e geração de energia. Durante a apresentação do Programa, em Brasília, o Presidente Lula declarou - “o pacote vai permitir ao País crescer de forma correta, porém mais acelerada do que o registrado no meu primeiro governo, acelerar o crescimento sem comprometer a estabilidade”.

O PAC está dividido em cinco partes: medidas de infra-estrutura (inclusive infra-estrutura social - habitação, saneamento e transporte de massa), estímulo ao crédito, desenvolvimento institucional, desoneração e medidas fiscais de longo prazo. O setor de geração de energia receberá a maior parcela de recursos (R\$ 250 bilhões). No entanto, alguns projetos específicos, que compõem o PAC, ainda terão que ser aprovados pelo Congresso Nacional, situação que requer habilidade e clareza do Governo Federal, para o esclarecimento das medidas propostas e perspectivas de resultados aos Partidos Políticos de oposição (Presidência da República, 2007 a)).

No que se refere à atuação das ONG no País, o Governo tem proporcionado tratamento transigente, permitindo total liberdade de atuação com respostas positivas às várias questões nacionais, principalmente às relacionadas aos direitos humanos, questões indígenas e ao meio-ambiente.

(c) Política externa

A política externa tem procurado inserir o Brasil no contexto internacional por meio da participação ativa em diversos fóruns. Para tanto, alianças e acordos têm sido realizados, apontando as prioridades claramente como, por exemplo, a estruturação e o fortalecimento do MERCOSUL e a busca de novas parcerias, como a que se está construindo com a África do Sul e a China.

O Presidente Lula, durante a abertura da 59ª Assembléia Geral da ONU, em 21 de setembro de 2004, manifestou a sua crença no fortalecimento do MERCOSUL, que servirá como base sólida para a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, e questionou a criação, em futuro próximo, da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – “Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir...” (Palácio do Planalto, 2004).

Nesta oportunidade, sugeriu a reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como meio de conferir legitimidade às ações de paz e segurança internacionais.

Assim, o Presidente Lula manteve a tônica do discurso proferido, anteriormente, durante a cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista - “a ONU deverá empenhar-se fortemente na tarefa de construir a paz no mundo, no marco do respeito ao direito internacional. Só corresponde o uso da força em última instância e, assim mesmo, com o respaldo do Conselho de Segurança ou da Assembléia Geral. A única guerra na qual estamos dispostos a nos envolver é a guerra contra a fome e a exclusão. Essa, sim, valerá à pena vencer...” (Rádionovelas, 2004).

O Brasil busca, desde o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como forma de permitir a representatividade da América Latina neste foro. O Ministério das Relações Exteriores, juntamente com a contribuição ativa e direta do Presidente, tem produzido ações, no campo diplomático, com resultados satisfatórios, haja vista as manifestações de apoio recebidas de países favoráveis ao pleito brasileiro.

No campo da cooperação, as relações do Brasil com os países vizinhos, Argentina, Paraguai, Uruguai e, mais recentemente, a Venezuela, têm sido intensificadas e diversificadas, fruto da integração proporcionada pelo MERCOSUL.

No tocante ao arco Amazônico, a política externa procura expandir e aprimorar os laços de cooperação entre os países limítrofes, dando ênfase, além das iniciativas bilaterais, ao Tratado de Cooperação Amazônica². A Amazônia recebe atenção especial do Governo, que procura implementar medidas para a proteção e desenvolvimento sustentado da região, zelando pelo meio-ambiente e seus recursos naturais. A proteção da Amazônia assume papel relevante na Política de Defesa Nacional, notadamente pela criação do Programa Calha Norte, que visa a ocupação e o desenvolvimento de regiões inóspitas, principalmente na faixa de fronteira, e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), que contribui para a vigilância e proteção da região.

Outro aspecto relevante da Política externa, definido pelo Presidente, é a recuperação em todos os níveis do relacionamento privilegiado com a África e a CPLP. Cabe destacar a criação, em 2006, da Missão Permanente da República Federativa do Brasil junto à CPLP, com sede em Lisboa, sendo designado um diplomata para o exercício do cargo de Embaixador. Em três anos e meio, o Presidente Lula visitou o continente africano em diferentes oportunidades e tem incentivado a conclusão de acordos comerciais do MERCOSUL com a África do Sul e os países da CPLP (Leitão, 2006).

² O Tratado foi assinado em 3 de julho de 1978 entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Guiana e Suriname, com o propósito de promover o desenvolvimento harmonioso do território amazônico.

(d) Política de Defesa Nacional

A Política de Defesa Nacional (PDN), documento de mais alto nível do planejamento de defesa, tem o propósito de estabelecer os objetivos, as orientações e as diretrizes estratégicas para o preparo e emprego da capacitação nacional em todos os segmentos do Poder Nacional. Suas premissas são fundamentadas nos princípios contidos na Constituição Federal e nas Orientações Governamentais, que buscam soluções pacíficas para as controvérsias e o fortalecimento da paz.

O planejamento de defesa inclui todas as regiões e, em especial, as áreas vitais fronteiriças da região amazônica e o Atlântico Sul, pela riqueza de recursos naturais e vulnerabilidade de acesso. A defesa do espaço físico, as orientações baseadas na democracia, o multilateralismo, a proscricção de armas químicas, biológicas e nucleares, e a busca da paz entre as nações, constituem os pilares que emergem os Objetivos de Defesa:

- I- a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
- II- a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;
- III- a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacional;
- IV- a promoção da estabilidade regional;
- V- a contribuição para a manutenção da paz e segurança internacional; e
- VI- a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

As Orientações estratégicas contribuem para a elevação do nível de segurança do País, com o envolvimento dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional. Nesse contexto, apresentam duas vertentes, a preventiva e a reativa. Quanto à preventiva, baseia-se nos seguintes pressupostos básicos: fronteiras e limites definidos e reconhecidos; estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional; rejeição à guerra de conquista; busca da solução pacífica de controvérsias; valorização dos foros multilaterais; existência de FA modernas, balanceadas e aprestadas; e capacidade de mobilização nacional. Quanto à vertente reativa, no caso de agressão, empregará todo o Poder Nacional com ênfase na expressão militar, exercendo o direito de legítima defesa previsto na carta da ONU (PDN, 2005).

(3) Expressão econômica

O Plano Real, adotado em 1º de julho de 1994, buscou o reequilíbrio financeiro do setor público e a estabilidade monetária do País. Tais medidas, conjugadas às reformas

políticas e administrativas, permitiriam o desenvolvimento do País, desta vez de forma sustentada.

(a) Produção mineral e vegetal

O Brasil é um grande produtor e exportador de minerais, entre os quais se destacam: o minério de ferro, segundo maior produtor (atrás da China), com 19% da produção mundial, o manganês, terceiro maior produtor, e o alumínio com 13,3% e 9,4%, respectivamente (Doce, 2005). A produção de petróleo alcançou a marca de 1,8 milhões de barris por dia, em abril de 2006, tornando o País auto-suficiente. Alcançar esse patamar de produção significa reduzir a vulnerabilidade do País às flutuações do mercado internacional.

(b) Produção Agropecuária e Pesca

A produção agrícola do País é diversificada e significativa (safra de 2005 - 113 milhões de toneladas), sendo considerado o maior produtor mundial de café, cana-de-açúcar e laranja, e o segundo na produção de soja e milho. A produção de frutas, por sua vez, já aparece em terceira posição no mercado internacional com crescimento significativo na região do Nordeste, devido ao incremento das técnicas de irrigação.

No que tange à pecuária, o rebanho comercial brasileiro, estimado em 185 milhões de cabeças, de acordo com o levantamento realizado em 2005, constitui-se no maior do mundo. As exportações de aves e de carne suína cresceram 15% em 2006, graças à conquista de novos mercados.

O extenso litoral brasileiro permite o bom desempenho das atividades de pesca. A produção pesqueira, no ano de 2005, chegou a 1,1 milhões de toneladas. Em março de 2004, foi lançado o Programa Nacional de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira, cujo propósito é melhorar as condições do setor pesqueiro, considerado, ainda, aquém das expectativas nacionais (Presidência da República, 2007 b)).

(c) Produção industrial

A indústria básica e de transformação têm influenciado, significadamente, o nível de desenvolvimento alcançado pelo País, notadamente pela diversificada de produção, que apresentou crescimento anual na ordem de 7,5% nos últimos 3 anos (IBGE, 2005).

No setor secundário, destacam-se as indústrias mecânica, química, metalúrgica e equipamentos elétricos e eletrônicos. O parque industrial brasileiro é considerado o mais sofisticado da América Latina, estando apto à absorção de tecnologias avançadas.

No contexto das grandes iniciativas empresariais, destaca-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), que produz aviões comerciais, militares e, ainda,

componentes de aviões de grande porte, foguetes, mísseis e satélites para transmissão de dados e comunicações. A empresa é a quarta maior fabricante de aeronaves comerciais do mundo. Merece destaque, também, a indústria naval, que está capacitada a construir navios mercantes de grande porte e submarinos³.

(d) Setor de transportes

A rede de transportes é essencialmente rodoviária, decorrente da política desenvolvimentista da década de 50, que procurou fortalecer a indústria automobilística no País. O Brasil possui uma rede rodoviária considerável, porém mostra-se insuficiente para atender a demanda, além do mau estado de conservação. O território nacional encontra-se interligado, apresentando deficiência na região amazônica em função dos aspectos geográficos.

O transporte ferroviário, que esteve abandonado durante longo período, em função da opção pelo transporte rodoviário, surge agora como o setor que pode viabilizar as supersafras agrícolas.

O transporte marítimo, fruto do extenso litoral e da capacidade comercial, representa importante papel no desenvolvimento do País. A fim de reduzir os custos finais dos produtos, especialmente os destinados ao mercado internacional, o Governo desenvolveu os Corredores de Exportação com intensivo uso do transporte intermodal. O Programa de Desestatização dos Portos, iniciado no Governo anterior, provocou a competitividade no setor, com o conseqüente aumento na movimentação de cargas e redução das tarifas.

No que tange ao setor aeroaviário, o Brasil possui considerável infra-estrutura aeroportuária, capaz de atender a demanda, não só quanto ao transporte de passageiros, como também em relação ao transporte de cargas. Nos últimos anos, o Governo investiu cerca de R\$ 464 milhões na construção, ampliação e reforma de aeroportos de 18 capitais brasileiras.

A rede de transportes do Brasil está passando por um processo de modernização. Investimentos têm sido realizados, contudo melhorias, ainda maiores, se fazem necessárias, fruto de sua grande extensão e situação atual de conservação. Nesse sentido, o Governo priorizou as infra-estruturas de transporte no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), adotado em janeiro de 2007 (Presidência da República, 2007 a)).

³ Classe “Tupi”, construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro – Marinha do Brasil.

(e) Energia

A Matriz Energética brasileira, no ano de 2005, apresentou a maior participação para os derivados de petróleo (38,4%), seguidos pela fonte hidráulica (15,0%), álcool anidro (13,9%) e o Gás Natural (9,3%), alternativas energéticas encontradas pelo Brasil. O País conta, também, com a geração de energia termonuclear (1,2%) através da operação de duas usinas localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

A produção de energia elétrica é basicamente de origem hidráulica (85,4%), tendo apresentado, nos últimos anos, crescimento constante, fruto da demanda nacional. O Governo tem realizado investimentos no setor, como a construção de novas hidrelétricas e usinas termelétricas, procurando minimizar os riscos do déficit energético. Atualmente, o Brasil utiliza apenas 30% da capacidade de recursos hidráulicos, o que representa a possibilidade de expansão significativa do potencial hidrelétrico do País (Energia, 2006).

A estimativa da produção de petróleo para 2010 é de 2,3 milhões de barris diários, com a previsão do consumo médio de 2,06 milhões de barris por dia. O Plano de Negócios 2006 - 2010 prevê investimentos de US\$ 28 bilhões nas áreas de exploração e produção, o que permitirá planejar exportações de derivados e melhorar a negociação no mercado internacional (Petrobras, 2007).

(f) Setor de comércio

A balança comercial brasileira tem apresentado excelentes resultados, conforme os dados consolidados em 2006, o que demonstra a continuidade do crescimento das exportações. O aumento de vendas para mercados não tradicionais ou com histórico de pequena participação tem sido um dos principais fatores para o sucesso das exportações. No primeiro quadrimestre de 2006, as exportações cresceram de forma significativa para os países da África, Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental. Além disso, os tradicionais mercados importadores de produtos brasileiros, como os Estados Unidos, Argentina e União Européia, também elevaram as suas compras (Comércio, 2006).

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)⁴, que inclui os países do MERCOSUL, é o principal mercado de destino das exportações brasileiras, seguido pela UE, Estados Unidos da América (EUA) e Ásia. Os principais mercados fornecedores do Brasil são a Ásia, a UE, os EUA e a ALADI. Os mercados da Ásia, Oriente Médio e do MERCOSUL apresentaram as maiores variações, relativas ao ano de 2005, nos percentuais de crescimento comercial com o Brasil em 2006 (Comércio, 2006).

⁴ Instituída pelo Tratado de Montevidéu, em 12/08/80, para dar continuidade ao processo de integração econômica iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC. Este processo visa à implantação, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.

As maiores dificuldades enfrentadas pelo comércio exterior são as restrições impostas por alguns países, notadamente à exportação de suco de laranja para os EUA e ao acesso ao mercado agrícola pela UE. O Brasil tem participado ativamente das reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), procurando zelar por seus interesses, exigindo tratamento igualitário e sem discriminação a seus produtos.

O MERCOSUL e a UE se reuniram, em dezembro de 2006, com o firme propósito de reiniciar as negociações do Acordo de Associação Inter-regional, que haviam sido interrompidas. No entanto, os impasses relacionados aos subsídios e acesso ao mercado agrícola ainda se fizeram presentes no âmbito da OMC, tornando difícil dar continuidade às negociações. Nesse âmbito, Brasil e Portugal estão envidando esforços junto à OMC, visando a recuperação das negociações e a conclusão, em curto prazo, da Rodada de Doha com resultados que impliquem na efetiva ampliação de acesso aos mercados.

O governo brasileiro enfatiza ser essencial dar encaminhamento político a essas negociações, numa distribuição de pesos e medidas que considere as diferentes realidades de desenvolvimento dos países membros da OMC. Nesse sentido, o Brasil e outros países em desenvolvimento aguardam um gesto da UE sobre a questão dos subsídios agrícolas, que permita desbloquear as negociações na OMC e dar continuidade ao Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL - UE.

O Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, externou seu interesse em que se concluam as negociações MERCOSUL-UE, no menor prazo possível, de maneira justa e equilibrada. Trata-se de um instrumento fundamental para dinamizar o relacionamento econômico-comercial entre Brasil e Portugal. Sua concretização estabelecerá um marco legal sólido e previsível, onde poderão assentar-se os investimentos e os fluxos de comércio entre as duas regiões. Não há dúvidas de que o Brasil seja o centro irradiador dos interesses portugueses no MERCOSUL. Portugal, por sua vez, tem todo o potencial para atuar, no mesmo sentido, na defesa dos pleitos brasileiros na UE (Leitão, 2006).

(g) Setor de ciência e tecnologia

O desenvolvimento científico e tecnológico no País teve início no final da década de 50, quando várias instituições foram criadas como resposta aos desafios impostos à época, principalmente, no que se referia à saúde, transporte e agricultura.

Inicialmente, os esforços foram canalizados para a formação de pesquisadores. A criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) colocaram à disposição da

comunidade científica brasileira dois instrumentos de fomento, as bolsas-de-estudo e o auxílio à pesquisa.

A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), àquela época, foi uma grande contribuição da Força Aérea brasileira para a formação de recursos humanos, numa área em que o País não tinha qualquer experiência. A EMBRAER foi a organização estatal, hoje privatizada, que veio incrementar a capacitação nacional na indústria aeronáutica e, por conseguinte, em outros segmentos tecnológicos.

Dentre os principais êxitos no campo científico e tecnológico, com significativa participação do setor produtivo estatal, destacam-se:

- a exploração de petróleo em águas profundas, promovida pela Petrobrás;
- a geração de energia elétrica, a partir de grandes usinas hidrelétricas e termonucleares, promovida pela Eletrobrás;
- a abertura de novos mercados por meio da indústria aeronáutica, promovida pela EMBRAER;
- a pesquisa do subsolo, promovida pela Companhia Vale do Rio Doce; e
- a pesquisa genética no setor agrícola e na pecuária, promovida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

No setor de pesquisa e desenvolvimento:

- na área nuclear, a geração de energia nuclear, a partir do desenvolvimento de tecnologia inovadora de enriquecimento de urânio pela Marinha do Brasil;
- na área espacial, a participação do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélite e de novos materiais, sistemas e combustíveis; e
- na área de comunicações, as pesquisas com fibra ótica, realizadas pela Universidade de Campinas (Unicamp).

O Governo desenvolve diversos projetos e atividades, que visam o crescimento desse segmento, considerado de grande importância estratégica, como o Projeto de Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, que tem o objetivo de garantir financiamento para o setor. Dentre as atividades, cabe destacar a Conferência Científica Brasil, América Latina e Caribe, realizada em 24 de janeiro de 2007, com o propósito de incrementar o intercâmbio científico (Tecnologia, 2006).

(4) Expressão militar

As Forças Armadas (FA) contribuíram decisivamente para a formação da nacionalidade brasileira. Desde o passado, nas lutas pela manutenção da unidade nacional,

até os dias atuais, nas contribuições para a manutenção da integração nacional, fica evidente que as FA se identificam com o povo.

A Marinha, o Exército e a Aeronáutica são instituições permanentes e regulares, subordinadas diretamente ao Ministério da Defesa (MD), que atuam sob a autoridade suprema do Presidente da República. Destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e atuam na manutenção da lei e da ordem. Cabe, ainda, às Forças Armadas o emprego em ações subsidiárias.

O MD, criado em 10 de junho de 1999, é responsável pela preparação das FA para o cumprimento de suas missões constitucionais. Nesse sentido, tem orientado os Comandos nas ações voltadas à formação de pessoal com elevada capacidade profissional, mantendo o objetivo de modernização da doutrina, treinamento, e da nacionalização e atualização do material de emprego militar.

Os equipamentos empregados na FA são, em parte, de fabricação nacional e apresentam nível tecnológico médio, compatível com os empregos visualizados e a prioridade de aplicação dos recursos econômicos do País.

A PDN prevê que o preparo e o emprego da capacitação nacional requerem o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional, sendo o MD⁵ responsável pela coordenação das ações necessárias à Defesa Nacional. Os setores envolvidos deverão contribuir para a consecução dos Objetivos de Defesa Nacional, orientados por Diretrizes Estratégicas, dentre as quais destaco:

- manter forças em condições de emprego imediato, para a solução de conflitos;
- aumentar a presença militar nas áreas do Atlântico Sul e da Amazônia;
- garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das FA e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional;
- proteger as linhas de comunicações marítimas de importância vital para o País;
- dispor de estrutura capaz de contribuir para a prevenção de atos terroristas;
- fortalecer a infra-estrutura de valor estratégico para a Defesa Nacional, prioritariamente a de transporte, energia e comunicações;
- implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, visando, em especial, o desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira;

⁵ Dentro de seu programa de reforma e modernização do Estado, o Governo criou, em 10 de junho de 1999, o Ministério da Defesa, com a conseqüente extinção dos Ministérios Militares. Além de padronização e economia de meios, objetivou o melhor entrosamento entre as FA em consonância com a PDN.

- estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa;
- atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira;
- intensificar o intercâmbio com as FA das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul; e
- participar de missões de paz, de acordo com os interesses nacionais.

(a) Composição das Forças Armadas

O efetivo das FA, autorizado em lei, encontra-se inalterado há vários anos:

EFETIVO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS	
FORÇA ARMADA	EFETIVO AUTORIZADO
EXÉRCITO	189.000
MARINHA	48.600 *
AERONÁUTICA	50.000

Fonte: The Military Balance 2004/05 (*) Includos 15 mil Fuzileiros Navais

Figura 1 - Efetivos militares no Brasil

(b) Serviço Militar

O Serviço Militar é de caráter obrigatório para todos os brasileiros do sexo masculino, com as exceções previstas na Constituição Federal. O tempo de duração do Serviço Militar é de 12 meses, podendo, em caráter voluntário, ser ampliado até 6 anos. Apesar da obrigatoriedade do Serviço Militar, observa-se a maior oferta de conscritos, isto é, um número de voluntários maior do que as necessidades das FA. Esse fato possibilita a incorporação de recrutas de melhor aptidão para o Serviço Militar.

(c) Forças de Paz

O Brasil participa de operações de paz, no âmbito da ONU, desde 1957 com militares ocupando funções de comando de força de paz, estado-maior, observadores militares e integrantes de unidades de tropa. Dentre as participações brasileiras, destacam-se Angola, Moçambique, Timor - Leste, Nova Guiné, Equador, Nicarágua, El Salvador, Iugoslávia e, atualmente, o Haiti com o contingente de cerca de 1400 militares.

b. Síntese conclusiva

A conjuntura brasileira caracteriza-se, pois, por acentuadas contradições. Apresenta uma economia crescente e competitiva, com relevo no comércio exterior; fundamentos nos princípios constitucionais e no Direito Internacional; um extraordinário potencial de recursos minerais e energéticos; instituições nacionais que têm dado demonstrações de estabilidade, tendo em vista que conseguem operar regularmente em meio a crises; e a

realidade da plena vigência do processo democrático no País. No entanto, persistem ainda acentuados bolsões de pobreza; distribuição de renda desigual; e fronteiras marcadas por perigosa porosidade, principalmente a Amazônica por apresentar baixa densidade demográfica.

O ritmo e o caráter recente da transição demográfica, caracterizados pelo processo de envelhecimento da população e a diversidade social, a nível regional, constituem desafios à política de desenvolvimento social do País, que são minimizados, principalmente, face ao controle que o Governo mantém sobre a inflação.

As várias mudanças econômicas e a competitividade do mercado interno produziram uma estrutura diferenciada de benefícios, mas também provocaram algumas exclusões e vulnerabilidades na harmonia social. Nesse sentido, a Sociedade brasileira, o Governo Federal e a Classe política, de modo conjunto, estão empenhados em promover e respaldar ações governamentais de valorização da cidadania, a fim de reduzir as desigualdades sociais, ampliando os programas sociais, o investimento na educação e as oportunidades no mercado de trabalho.

O conceito de integração das visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático da Política de Defesa Nacional confere maior legitimidade e transparência às ações de Defesa, no plano interno e no externo, e contribui para a consecução do firme propósito do Governo em obter o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O aumento da participação, no comércio exterior, de alguns Estados, que até então pouco atuavam, a diversidade das regiões produtoras, os significativos investimentos do setor privado e a potencialidade da matriz energética, destacando a auto-suficiência de petróleo, têm proporcionado sustentabilidade à expansão da produção industrial e das vendas externas, trazendo resultados e perspectivas positivas à economia brasileira.

Grande parte dos resultados alcançados no campo tecnológico derivou da competência adquirida em combinar a importação de tecnologias com as atividades dos pesquisadores brasileiros. Nesse sentido, as Forças Armadas mantêm o processo de nacionalização do seu material bélico, como forma de agregar autonomia ao País em produtos de defesa, além de contribuir para o desenvolvimento de tecnologias.

O Governo brasileiro está empenhado no fortalecimento do processo de integração regional por meio do MERCOSUL, como também na recuperação das negociações do Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL – UE, interrompido devido a impasses relacionados aos subsídios e acesso ao mercado agrícola no âmbito da OMC.

4. A atual conjuntura internacional

No dia 9 de Novembro de 1989, o mundo foi surpreendido com a queda do Muro de Berlim. Esse fato histórico é considerado pelos analistas políticos como o fim do período da Guerra-Fria, que perdurava desde o final da II Guerra Mundial, durante o qual as duas superpotências, EUA e URSS, conduziram as suas políticas e estratégias dentro do conceito bipolar.

A partir de então, o cenário internacional adquiriu novo ordenamento político, com peculiaridades próprias de concentração de poder. Na dimensão militar, os EUA impuseram a sua supremacia. No que respeita à dimensão econômica, além dos EUA, a União Europeia e o Japão estabeleceram-se como grandes potências econômicas. No horizonte, pelo grande potencial de desenvolvimento económico, despontam Brasil, Rússia, Índia e China, os denominados “BRIC” pela literatura internacional.

O novo ordenamento político provocou outra alteração no contexto mundial – o surgimento das relações multilaterais, resultante das exigências do ágil processo de globalização, como também dos efeitos do desenvolvimento tecnológico – verdadeira terceira revolução industrial e do controle da informação, dito o quarto poder (Santos, 2006). A dimensão da “cooperação” tende a ganhar espaço ao compor o complexo das relações entre os Estados que desconhecem fronteiras, obedecem aos interesses partilhados e não permite que qualquer país possa vir a considerar-se totalmente independente em meio ao atual cenário de incertezas.

A Cooperação entre Estados é fundamental, pois se faz necessário encontrar mecanismos comuns que venham a reduzir as dificuldades em superar os desafios às diferenças sociais, fatores de instabilidade que preocupam a sociedade. É esta a base da transformação do papel da cooperação, assunto discutido na Cimeira do Milénio de 2000, que enfatizou as políticas de cooperação entendidas como elementos integrantes de uma estratégia de desenvolvimento no processo de globalização (Ramalho, 2006).

A globalização e os resultados da revolução tecnológica promoveram benefícios às sociedades, a despeito da acirrada competitividade, e acentuaram a interdependência⁶ dos Estados em diferentes áreas, política, social, militar e, com especial relevância, para as questões económicas. Nesse contexto, surgiram as assimetrias, cada vez mais evidenciadas, levando a parcela da sociedade, não privilegiada por este processo, a um ambiente fragilizado com dificuldades para manter a estabilidade de suas instituições, concorrendo a

⁶ refere-se Joseph S. Nye, Jr, “Interdependência é muitas vezes um termo vago, utilizado numa variedade de formas contraditórias, como outros termos políticos, como “nacionalismo” ou “imperialismo”.

sérios riscos para crises internas ou externas e conflitos armados que, na realidade, já é observado no cenário mundial.

Outros fatores contribuem para acentuar os efeitos nocivos dessa assimetria, tais como a falta de efetividade na atuação da ONU e de seus órgãos na prevenção de conflitos armados e no combate à miséria no mundo; o desprezo pelos foros multinacionais em questões de segurança; a falta de sensibilidade política dos Estados centrais com os problemas que afligem as nações mais pobres; e o surgimento de novos atores no cenário internacional (Santos, 2006).

O fim inesperado⁷ do longo período da guerra-fria perspectivou, para a opinião pública, o término da angústia pela busca da paz, tornando o mundo, a partir de então, livre de ameaças. Infelizmente, o período dessa aparente⁸ sensação de paz mundial durou pouco. Os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, nos EUA, deram início a uma nova era de incertezas e terror, desta vez transmitindo à humanidade a sensação de vulnerabilidade e impotência.

Os trágicos acontecimentos alteraram profundamente a agenda político-estratégica internacional, criando desafios à segurança pela introdução de novos aspectos qualitativos às ameaças como, principalmente, o desrespeito aos limites éticos, nem de qualquer outra natureza, assumindo a possibilidade de atuação em escala global. Nesse contexto, o General Loureiro dos Santos enquadra a nova ameaça: “o terrorismo com que o mundo se confronta atualmente, e certamente se confrontará durante longo período, é considerado como a principal ameaça do século XXI. Contra essa ameaça devemos concentrar todos os esforços. Trata-se de uma ameaça que é impossível negociar, com origens e direções pulverizadas, basicamente orientadas por uma idéia político-religiosa” (Santos, 2004).

Os países mais ricos, inseridos em blocos multilaterais, preocupados com a situação político-estratégica presente, combinam o discurso liberal com a postura protecionista, devido, principalmente, aos poderosos mecanismos de representação de interesses em suas sociedades, realizando crescentes investimentos em material bélico (Ramos, 2006).

Os Estados que orientam suas políticas externas, fruto da tradição humanista, para o diálogo aberto entre as nações, o primado do Direito Internacional, a defesa dos Direitos

⁷ “E foi justamente o inesperado ponto final posto nesse confronto, pela queda do Muro de Berlim em 1989, que demonstrou a fragilidade, simultaneamente, dos profetas, dos utopistas, e dos dispendiosos serviços de prospectiva, porque nenhum governo, nenhuma instância de segurança, nenhuma universidade, nenhum observatório, nenhum analista, previram um acontecimento que havia meio século traduzia o seu objectivo estratégico e o cerne das suas inquietações” (Moreira, 1999: 262).

⁸ Outros conflitos eclodiam no mundo, como a crise dos Balcãs, Somália etc...

Humanos e a resolução pacífica das controvérsias reduzem as ameaças, entretanto não as afastam por completo, pelas ingerências de interesses de outros atores (Ramos, 2006).

Finalmente, destaco o cenário regional sul-americano, incluindo o Atlântico sul, por ser o ambiente regional e o entorno estratégico onde o Brasil se insere (PDN, 2005). Nesse ambiente, por vezes surgem divergências de ordem política e econômica, envolvendo interesses vitais. Adicionalmente, importantes países dessa região passam por períodos de busca e afirmação de identidades institucionais, desenvolvendo esforços para resolverem problemas crônicos de exclusão social e política, de pobreza e de falta de melhores perspectivas.

Neste ambiente, a América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão, é considerada uma região relativamente pacífica, na qual se vivencia, atualmente, o processo de integração regional e de consolidação democrática, que tendem a aumentar a confiabilidade entre os países da região (PDN, 2005). Contudo, a fragilidade de algumas economias e instituições democráticas, que notadamente se fazem presentes nessa região, além da possibilidade de ocorrência de ilícitos transnacionais, pode produzir conflitos que afetem a estabilidade regional.

a. A inserção do Brasil

O Brasil se insere no contexto internacional, orientado pelos fundamentos básicos da democracia, do multilateralismo, do espírito de cooperação e da paz entre as nações. Nesse sentido, defende a reformulação das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança no Direito Internacional. Respeita os princípios constitucionais, a não intervenção e igualdade entre os Estados. Sob a égide de organismos multilaterais, participa de operações de paz e humanitárias, visando a contribuir para a paz e a segurança internacionais, inclusive é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, ressaltando o uso da tecnologia nuclear como bem econômico para fins pacíficos (PDN, 2005).

A inserção do Brasil se processa em diversos segmentos. No político, projetando o País através da participação ativa em fóruns de decisão internacional de alto nível, notadamente a ONU, e na contribuição ativa para o fortalecimento, a expansão e a consolidação regional. No econômico, a partir da participação no comércio exterior em escala global, apresentando expressivos resultados na balança comercial em 2006, e das perspectivas de crescimento de sua base econômica, respaldado por uma matriz energética diversificada, e da potencialidade dos recursos naturais. Na defesa, promovendo a segurança contra qualquer ameaça, utilizando-se de uma série de mecanismos, dentre os

quais se destacam os arranjos de defesa coletiva autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU.

O processo de inserção do País no contexto internacional tem despendido esforços de vários segmentos da sociedade brasileira, com o propósito maior de produzir o bem-estar e a paz, e reduzir as desigualdades sociais, quer de seus nacionais ou não. Em consequência, caminha na direção a galgar o papel de influência na ordem mundial. O Brasil é considerado como potência média, devido às características geopolíticas e geoeconômicas, extensão territorial, potencial econômico, e a postura de sua política externa, que o torna capaz de influenciar as decisões no sistema internacional, além de sua condição de maior potência Sul-americana (Cavagnari, 2000).

Destarte a imagem internacional do Brasil como potência média não apoiar-se no seu poderio militar, conforme anteriormente citado, cabe aqui ressaltar a posição das FA brasileiras sob o enfoque do Ministro da Defesa, Waldir Pires, que enquadrou o Brasil como “uma potência militar de porte médio” em convivência pacífica com os países vizinhos e com objetivos claros identificados na PDN (Pires, 2006).

O Brasil busca consolidar a sua posição no cenário mundial, não somente através de ações de política externa e comércio bem sucedidos, mas também fortalecendo os laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados, que possibilitam a troca de conhecimentos e o estreitamento do vínculo de amizade. Neste sentido, desenvolve ações junto aos países da América do Sul e da África, em especial da África Austral banhados pelo Atlântico Sul, e à CPLP, conferindo-lhe maior integração regional e, conseqüentemente, solidez no processo de inserção internacional.

Nas relações internacionais, o mar assume papel fundamental pelos aspectos mais relevantes que representa, principalmente, quando envolve países que dependem do comércio marítimo e de suas fontes de riquezas para o desenvolvimento. A importância estratégica do Atlântico Sul destaca-se, naturalmente, por ser um espaço de interesse comum para o Brasil e grande parte de seus parceiros regionais. Assim, a Política de Defesa Nacional atribui prioridade aos esforços de defesa dos interesses nacionais nessa região, o que significa cuidados adicionais para a identificação de ameaças, adotando atitudes pró-ativas, a fim de eliminar, na origem, as iniciativas que venham a afetar a soberania nacional.

b. Síntese conclusiva

O atual ordenamento político internacional está envolvido pelas relações multilaterais, em que a cooperação possui papel fundamental, quer no contexto do processo

de globalização, que promoveu benefícios às sociedades e fez surgir assimetrias, ou como mecanismo fundamental contra a ameaça do terrorismo em escala global, que provoca na humanidade a sensação de vulnerabilidade e impotência;

A América do Sul é considerada uma região relativamente pacífica, na qual se vivencia, atualmente, o processo de integração regional, contudo, a fragilidade de algumas economias e instituições democráticas, a pobreza e a possibilidade de ocorrência de ilícitos transnacionais podem produzir conflitos que afetem a estabilidade regional;

O Brasil, orientado pelos princípios da democracia, do multilateralismo, do espírito de cooperação e da paz entre as nações, está inserido no contexto mundial como potência média e Nação emergente, na busca de seu papel de influência na ordem mundial, conseqüência direta dos esforços despendidos da Sociedade brasileira e de todas as esferas do Poder Nacional.

O Brasil procura fortalecer os laços de cooperação e amizade com países e blocos tradicionalmente aliados, notadamente, os países da América do Sul e da África, em especial da África Austral banhados pelo Atlântico Sul, e a CPLP, através da troca de conhecimentos e do incentivo as ações de interesse comum, conferindo-lhe, assim, maior integração regional.

5. O cenário geoestratégico do Atlântico Sul

a. Atlântico Sul: potencialidades e vulnerabilidades

Ao caracterizar a importância geoestratégica do Atlântico Sul, iniciarei por definir o seu espaço marítimo, compreendido entre três frentes continentais, América, África e Antártica, e três corredores – um ao Norte, que o separa do Atlântico Norte, e dois ao Sul, limitados pelo estreito de Drake e pela passagem do Cabo da Boa Esperança. Cabe ressaltar que o limite estabelecido para o corredor Norte difere em opiniões; para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o limite é determinado pelo Trópico de Câncer, paralelo de latitude 20° N. O Almirante A. E. Sacchetti considera a menor largura do Atlântico (1560 milhas), que fica entre Natal (Brasil) e Freetown (Serra Leoa) como o “equador geopolítico” (Sacchetti, 1987). Essa definição corrobora a da professora Therezinha de Castro, mesmo com a cidade de Natal localizada ao sul do Equador (Castro, 1998).

O Brasil possui expressivos recursos energéticos, explorados na Plataforma Continental, e uma rede de portos significativa por onde escoia grande parte da produção, o que lhe confere afirmar ser a sua economia fortemente dependente do mar. A média diária de navios nas principais Linhas de Comunicação Marítima (LCM) brasileiras é de 500 navios, responsável pelo transporte de 95% do comércio exterior – US\$ 121 bilhões de dólares. Os campos petrolíferos, que conferiram ao País a auto-suficiência em 2006, estão situados a distâncias de até 140 milhas náuticas da costa, tornando complexa a tarefa de proteção para o Poder Naval.

O Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, ex-Comandante da Marinha do Brasil, comparando a área do Atlântico Sul com a da Amazônia Verde, a denominou de “Amazônia Azul”, que compreende a soma da Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental. No caso do Brasil, essas áreas representam cerca de 4,5 milhões de km², acrescentando ao território nacional mais de 50% à sua atual extensão, tendo sido já protocolada, junto à ONU, a proposta de aumento do Limite Exterior da Plataforma Continental, que reivindica a incorporação ao território de 900.000 km² (Carvalho, 2004).

Assim, o Almirante Guimarães Carvalho alerta para a necessidade do País se conscientizar da relevância estratégica do Atlântico Sul, semelhante à Amazônia. A possibilidade de surgimento de ameaças à soberania nacional levou ao estabelecimento de políticas específicas⁹ para a região amazônica, por meio de iniciativas governamentais, visando à garantia das fronteiras, à ocupação racional do espaço físico e à exploração

⁹ Política de Defesa Nacional - 2005.

sustentada dos recursos naturais existentes, enfatizando a necessidade de ser adotada a mesma postura para a área de responsabilidade do Atlântico Sul.

O Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai são membros da Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), responsáveis, no âmbito regional, pelo controle do tráfego marítimo e pela cooperação no desenvolvimento de exercícios navais nesta área de atuação. O cargo de Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) é exercido por um Almirante em sistema de rodízio bianual entre as Marinhas da Argentina, Brasil e Uruguai. O CAMAS tem a atribuição principal de formular e emitir instruções relativas ao controle dos comboios interamericanos e navios independentes que atravessam áreas sob sua responsabilidade.

A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZPCAS), iniciativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi criada em 1986, a partir da aprovação da Resolução 41/11 da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas. A ZPCAS inclui os 24 países situados nas margens sul-americana e africana do Atlântico Sul.

A ZPCAS surgiu logo após a Guerra das Falklands (Malvinas), visando preservar a região da corrida armamentista, com foco nas armas nucleares, como também estabelecer uma estrutura jurídica que viesse a servir de instrumento regulador. Atualmente, a ZPCAS não tem condições jurídicas de promover o incremento de esforço maior de cooperação regional, devido aos seus instrumentos não terem o caráter regulador obrigatório, ficando limitado a fórum de debates com perspectivas de se tornar um organismo de ação mais efetiva (Luz, 2004).

A CPLP tem o mar como elemento de ligação entre os seus Estados-Membros, caracterizando, sumariamente, do ponto de vista geoestratégico, como espaço comum de interesses. “Todos os membros são estados ribeirinhos ou insulares com costas importantes de grandes extensões, situando-se muito perto das grandes linhas de comunicação marítimas globais” (Rogério, 2002).

Angola com dimensão geográfica considerável e importantes recursos naturais, especialmente o petróleo, possui como principal destino de suas exportações, por via marítima, os EUA, seguido da China, sendo as importações lideradas por Portugal. São Tomé e Príncipe realiza trocas comerciais, significativamente, em favor de Portugal, reflexo da incipiente produção interna nas ilhas. A Guiné-Bissau é um dos 10 países mais pobres do mundo com sua economia à base de agricultura e pesca, com perspectivas de desenvolvimento da atividade petrolífera. Cabo Verde está estrategicamente posicionado, próximo às principais linhas de comunicação marítimas norte-sul atlânticas, como

importante ponto de apoio para reabastecimento, sendo Portugal o seu principal parceiro comercial.

A ligação de Portugal com o Atlântico Sul é histórica, tendo feito dele o caminho de seus interesses estratégicos à época dos séculos XV e XVI. Embora o País esteja fundamentalmente voltado para a relação euro-atlântica, há aspectos estratégicos, relacionados à segurança regional e à economia, que tornam este espaço marítimo relevante para os interesses nacionais, considerado como uma de suas mais profundas marcas genéticas (Santos, 2004).

A Estratégia Nacional para o Mar, recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros de Portugal, define o aproveitamento dos oceanos como fator de desenvolvimento para o País. Importância também atribuída pela Comissão Europeia¹⁰, que identifica os seus objetivos estratégicos à necessidade da Europa encontrar o caminho para uma verdadeira Política dos Oceanos (Estratégia para o Mar, 2006). Nesse contexto, o Atlântico Sul possui importante papel nas relações próximas que Brasil e Argentina mantêm junto a Portugal e a Espanha, membros de participação ativa na UE.

Esse arranjo de interesses, certamente, trará facilidades e novas oportunidades de cooperação, numa visão estratégica comum, para o MERCOSUL e a UE, à medida que aumentam o fluxo de mercadorias, devido à globalização do comércio mundial, e as preocupações frente à vulnerabilidade às novas ameaças¹¹. Desta forma, torna-se necessário o incremento das relações bilaterais entre os blocos regionais, a fim de reduzir os possíveis problemas de ordem econômica, advindos do aumento dos “custos de transação” (Aguilar, 2003).

As ameaças e os riscos que pendem sobre o mar, como sejam os acidentes marítimos, a poluição marinha, as atividades ilícitas e, principalmente, o terrorismo, este enquadrado como a principal ameaça do século, têm repercussões enormes, que implicam, necessariamente, na adoção de novas formas de cooperação (Estratégia para o Mar, 2006). As ameaças, que já se fazem presentes, associadas ao significativo aumento do tráfego marítimo, levou a “International Maritime Organization” (IMO) a chamar a atenção da comunidade internacional para a necessidade de serem intensificadas as medidas de proteção marítima.

¹⁰ Órgão executivo da União Europeia.

¹¹ São consideradas novas ameaças: o terrorismo catastrófico; as migrações em massa, voluntárias ou forçadas; e a proliferação de armas de destruição em massa

b. A proteção marítima frente às novas ameaças

O terrorismo, no âmbito marítimo, é um fato e tem gerado grandes preocupações, principalmente, relacionadas aos navios de transporte de cargas especiais, que envolvem questões maiores de segurança, como o caso dos grandes petroleiros e de transporte de gás e produtos químicos. Cabe agora recordar o caso do petroleiro francês “Limburg”, ocorrido em 2002, no Mar Arábico, o qual sofreu ataque de uma embarcação de pequeno porte repleta de explosivos, resultando em graves conseqüências ao navio e ao meio ambiente pelo derrame de óleo que atingiu o Golfo de Aden.

Os Estados, principalmente àqueles que possuem uma costa repleta de portos, estão posicionados na primeira linha de riscos. As repercussões que os atentados, a esse nível, provocariam são evidentes pelos danos pessoais, materiais e ambientais. No entanto, as conseqüências não serão extintas com aplicação de planos de contenção, recairá, também, ao nível da desmotivação econômica provocada aos agentes comerciais e industriais pelo elevado patamar de investimentos realizados (Diogo, 2004).

Apesar deste trabalho limitar-se a abordagem sobre as “novas ameaças” na vertente do terrorismo, não torna menos importante os outros desafios, que afetam e preocupam a humanidade, como a proliferação de armas de destruição em massa e o crime organizado. Notadamente, as tarefas inerentes à consecução da proteção marítima, frente ao terrorismo, aumentam o estado de alerta para com todas as ameaças, como também por sua atuação de vigilância e controle de áreas inibem as ações criminosas.

Ao deixar patente o seu repúdio ao terrorismo, a comunidade marítima internacional adotou medidas de contenção, que não se limitavam mais a atuação em áreas de risco. Frank J. Cillufo e Daniel Rankin¹² recomendam, frente à ameaça do terrorismo, “a adoção de uma estratégia flexível, abrangente e coordenada pelas características de serem alvos dinâmicos, amorfos e móveis... que abrangem todo mundo. É uma ameaça transnacional que exige resposta transnacional” (OTAN, 2002).

As primeiras Resoluções foram emanadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2002, acolhendo a iniciativa da IMO de incluir algumas alterações à convenção “Safety of Life at Sea”(SOLAS), sendo a mais importante o estabelecimento do “International Ship and Port Facility Security- Code” (ISPS- Code), que entrou em vigor em 1 de Julho de 2004, depois de ter sido ratificado por 148 países, o que significa ser adotado por 98% da frota mundial de mercantes por tonelagem (IMO, 2006 b)).

¹² Frank J. Cillufo presidiu a dois comitês sobre a defesa interna e terrorismo no “Center for Strategic & International Studies” (CSIS) e, atualmente, é assessor especial do Presidente Bush para a segurança interna. Daniel Rankin é um analista de defesa e segurança nacional no CSIS.

O objetivo dessa “ferramenta de proteção” é prover um meio comum e consistente de avaliação de riscos dos navios, portos e terminais marítimos, para determinar os níveis de segurança vigentes e, a partir daí, orientar os responsáveis para a adoção de medidas preventivas. Na prática, a avaliação de risco fornece subsídios aos governos para recusarem o direito de entrada, nos seus portos, aos navios que não cumpram com os requisitos pré-estabelecidos.

Outra iniciativa da ONU, acatando a sugestão dos EUA, foi propor a inclusão na Convenção para Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima (SUA 88), em vigor desde 01 de março de 1992, das medidas preconizadas na “Proliferation Security Initiative” (PSI) e “Container Security Initiative”(CSI), como forma de legitimá-las, atribuir maior peso político e aumentar a adesão. A SUA 88 foi criada em decorrência do seqüestro do navio mercante italiano “Achille Lauro” por terroristas palestinos, ocorrido em 1985, no Mar Mediterrâneo, cujo propósito é assegurar as ações contra pessoas que cometam atos ilegais contra navios e seus tripulantes (IMO, 2006 a)).

A adesão à Convenção SUA 88 iniciou-se, basicamente, a partir do atentado terrorista ocorrido em 12 de outubro de 2000, no Yemem, contra o navio USS Cole, que teve como principal conseqüência a morte de dezessete tripulantes. No entanto, a adesão expressiva, impulsionada pela comoção mundial, ocorreu logo após o atentado de 11 de setembro de 2001. Atualmente, 132 Estados-Parte ratificaram esse documento, representando o percentual de 83% da frota mundial de mercantes por tonelagem.

Não obstante a maioria dos Países terem aderido às Convenções¹³, os objetivos prescritos nas Resoluções não foram plenamente atingidos, principalmente, no que se refere à implementação das medidas contidas no ISPS-Code. Nesse sentido, no âmbito da CPLP, somente Portugal e Brasil possuem seus principais portos certificados, de acordo com os requisitos de segurança estabelecidos (IMO, 2006 b)).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁴ estima que 46.000 navios e 4.000 instalações portuárias devam implementar o ISPS-Code e, para tanto, será necessário desenvolver infra-estrutura marítima apropriada, com a aquisição e utilização de equipamentos com tecnologias específicas, e proceder a elaboração de diversos planos de proteção, representando, assim, a aplicação de significativos recursos financeiros.

¹³ Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste ainda não aderiram à Convenção SUA 88.

¹⁴ Instituída em 1960, sucedendo a antiga Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), que fora criada para administrar a implementação do Plano Marshall. A OCDE possui seus objetivos fundamentais voltados para a defesa da democracia e para o desenvolvimento social e econômico da UE.

Os portos não aptos¹⁵ estarão impossibilitados de participar das cadeias internacionais de abastecimento, sendo limitados ao tráfego local. Desta forma, os navios aptos buscarão portos alternativos, que proporcionem a segurança devida, o que provocará alteração nas rotas e contratos, afetando, sobremaneira, os custos envolvidos com o transporte. Os navios não aptos poderão ficar impossibilitados de participar das principais rotas comerciais, o que trará efeitos diretos e indiretos ao comércio marítimo internacional.

A responsabilidade pela segurança do transporte marítimo é compartilhada por armadores, carregadores, provedores de transporte, terminais marítimos e os governos, sendo estes os principais provedores de recursos financeiros. Contudo, os governos de países em desenvolvimento, de um modo geral, enfrentam dificuldades para a implementação das medidas de proteção, devido aos elevados custos, apesar de reconhecerem a sua importância (Costa, 2005).

O MERCOSUL e a UE implementaram medidas internas de combate ao terrorismo. No âmbito do MERCOSUL, foi promulgada a “Declaração de Ministros do Interior do MERCOSUL sobre Terrorismo”, emitida em 2002, que incorpora no Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca o capítulo VII “Âmbito Terrorismo”. A União Européia elaborou o Plano de Ação Contra o Terrorismo, que consubstanciou um ambicioso programa de medidas de contenção.

c. Síntese conclusiva

O Atlântico Sul é uma região estável, fruto do bom relacionamento e do espírito de cooperação reinante entre os Estados costeiros, haja vista a consolidação e a expansão de blocos regionais. Contudo, a ocorrência de fatores externos à região, principalmente as ameaças transnacionais, que já se fazem presentes no contexto mundial, pode comprometer essa estabilidade.

A comunidade marítima internacional¹⁶, preocupada com os riscos inerentes às atividades terroristas, que venham a empregar navios como armas ou como vetores de armas capazes de provocar danos às pessoas e ao ecossistema, tem intensificado as medidas de contenção.

¹⁵ O navio, porto ou terminal considerado como apto significa estar de acordo com as normas vigentes estabelecidas (requisitos funcionais) no ISPS-code.

¹⁶ A Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 40/61, que, entre outras coisas, "conclama a que todos os Estados, unilateralmente e em cooperação com outros Estados, bem como os órgãos relevantes das Nações Unidas, contribuam para a eliminação progressiva das causas que são a base de terrorismo internacional e que prestem atenção especial a todas as situações..... e flagrantes dos direitos humanos e liberdades fundamentais e todas aquelas que envolvem ocupação estrangeira, que possam dar surgimento ao terrorismo internacional e possam pôr em risco a paz e segurança internacionais".

A área ocidental do Atlântico Sul conta com o CAMAS para o controle do tráfego marítimo e o desenvolvimento de exercícios navais, como forma de manter a presença do Poder Naval, e a ZPCAS, que tem incentivado debates para os assuntos de interesse da região.

A forte ligação com o mar é uma componente natural nas relações de interesses da CPLP. Assim, o desenvolvimento e a segurança do comércio marítimo tornam-se relevantes, fazendo com que o Atlântico Sul assuma papel fundamental por possuir importantes rotas de tráfego e fontes de energia.

O Brasil tem o mar como grande fonte de recursos e caminho para escoar suas riquezas, o que lhe confere afirmar ser a sua economia fortemente dependente do mar.

A posição geográfica de Portugal, situado entre o Oceano Atlântico e o Continente europeu e de confluência, no Espaço Estratégico de Interesse Nacional, das principais linhas de comunicação marítima, dá ao País vantagem na preservação do vínculo transatlântico e no bom relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos da América, numa visão complementar de Política de Defesa que desenvolve junto à OTAN e UE.

As Resoluções da IMO, certamente, aumentam o nível de proteção marítima. No entanto, investimentos significativos são necessários para implementá-las, o que gera dificuldades para alguns países da CPLP, notadamente os PALOP. A não implementação, principalmente do ISPS-Code, implicará em problemas de caráter comercial e jurídico, causando prejuízos ao desenvolvimento econômico.

Apesar de algumas recomendações emanadas da IMO serem de aplicação voluntária, o fato dos EUA e da União Europeia as incorporarem, convertendo-as em requisitos legais e obrigatórios, faz com que o setor marítimo, de uma maneira geral, seja arrastado para seu cumprimento integral.

O MERCOSUL e a UE possuem interesses no Atlântico Sul, notadamente pela produção e escoamento de riquezas. A vulnerabilidade às novas ameaças, principalmente o terrorismo, fez com que fossem adotadas, respectivamente, medidas de segurança interna em ambos os blocos. No entanto, faz-se necessário realizar entendimentos bilaterais, de forma a incrementar medidas de cooperação (parceria) para elevar o grau de segurança nesse espaço.

6. A CPLP

a. A Organização

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), caracterizada como foro multilateral, teve a sua Declaração Constitutiva assinada em 17 de julho de 1996, na cidade de Lisboa. A CPLP é um bom exemplo de como os fatores cultural e lingüístico permitem ultrapassar uma pluralidade de identidades, objetivos e conceitos estratégicos nacionais específicos, no entorno de um propósito comum, qual seja, o de projetar e consolidar os especiais laços de fraternidade e de solidariedade que unem o Brasil, Portugal, os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP)¹⁷ e, com a adesão mais recente, a partir de 2002, o Timor-Leste.

A programação e o cumprimento de uma agenda de amizade e cooperação econômica entre os seus integrantes, em busca do aprofundamento da aproximação e do real progresso das populações mais atrasadas, constituem-se em fator de sobrevivência para a CPLP. Sem essa componente econômico-social na estruturação da Comunidade, o esforço político e diplomático empregado em todo esse processo seria marcado por frustrações e desenganos (Pires Ramos, 1998).

O Papel da CPLP corre sério risco de ficar limitado à vontade política de cada Estado-Membro, o que implicará na não consolidação de uma política de desenvolvimento com base nas vantagens do multilateralismo. Assim, para que isto não ocorra, devem perspectivar a sua inserção regional em articulação com o plano global de desenvolvimento sustentável para a Comunidade, que certamente será o fator determinante para a solução das convergências em todos os níveis de cooperação (Marchueta, 2003).

As diversidades regionais sempre foram consideradas nos processos de decisão da CPLP, pois o seu papel de plataforma institucional de concertação política gera um mecanismo de harmonização de interesses, que repercute, imediatamente, no aprofundamento das relações de amizade em busca de soluções, quer em âmbito interno ou externo¹⁸.

Ao considerar a especificidade de cada membro, a Língua Portuguesa é o grande elo de união desta Comunidade, que contribui, sobremaneira, para sobrepujar os desafios que foram lançados, com as melhores perspectivas de desenvolvimento de programas de

¹⁷ Incluem Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe.

¹⁸ A este propósito, o secretário-geral da CPLP referiu ser necessário fazer uma clara distinção em relação aos interesses da CPLP ao nível das estratégias dos seus Estados-Membros. Considera ser preciso levar em consideração os compromissos que os países criam entre si mesmos a outros níveis, tendendo alinhar as suas políticas internacionais, citando o exemplo de Portugal na UE e do Brasil no MERCOSUL.

cooperação, compromissos e ações nas áreas cultural, social, econômica, técnico-científica e, mais recentemente, na área da Defesa.

b. O segmento da defesa

Em 1998, durante a 1ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, realizada na cidade de Lisboa, foram estabelecidas as primeiras diretivas para instituir, no âmbito da Comunidade, o segmento da Defesa. No entanto, somente a partir da 4ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, no ano de 2002, começou a fazer parte de seu Estatuto (Anexo B).

A fim de permitir o desenvolvimento desse novo segmento, foi constituído, em 1999, durante a 2ª Reunião de Ministros da Defesa, o Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa (SPAD), com sede na cidade de Lisboa, cuja atribuição principal foi estudar e propor medidas concretas para a implementação das idéias de cooperação multilateral, identificadas no quadro da globalização¹⁹. As deliberações iniciais para o setor constam na ata da 1ª reunião do SPAD²⁰, realizada em 28 de março de 2000, em que as medidas de Cooperação Técnica-Militar (CTM) continuavam²¹ a ser o assunto de interesse central.

O Dr. Luis Amado, Ministro da Defesa Nacional de Portugal, em seu discurso²², exaltou a importância da CTM conferida aos PALOP, como forma de contribuir para ajustar as FA, desses países, às suas realidades socio-econômicas, proporcionando o desenvolvimento por meio da correta adequação das suas estruturas, organizações e missões, conferindo-lhes capacidade para a defesa da soberania, da autonomia, dos interesses econômicos e do bem-estar das respectivas populações.

A preocupação com o contexto mundial, após os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, levou os Ministros de Defesa da CPLP a criarem o Centro de Assuntos Estratégicos (CAE)²³, onde se procura desenvolver o pensamento estratégico sobre questões concretas, quais sejam a gestão de crises, a resolução de conflitos, a participação em operações de apoio à paz e o combate ao terrorismo (Ramalho, 2002).

Neste contexto, durante a IX Reunião de Ministros da Defesa dos países da CPLP, realizada na cidade de praia, em 15 de setembro de 2006, foram analisadas as questões

¹⁹ Artigo 1º do Normativo do Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa da CPLP.

²⁰ O Brasil participou da Reunião como observador, vindo a aderir como membro permanente em 23 de maio de 2000, durante a 2ª Reunião de Ministros da Defesa.

²¹ Conduzida pelas Forças Armadas Portuguesas em apoio aos PALOP, com quase dezessete anos de ações nas áreas de treinamento, formação, saúde, construção e recuperação de infra-estruturas.

²² De encerramento do Seminário “Cooperação portuguesa em África. Vetores de dinamização da política de segurança e defesa nacional”, ocorrido em 28 de Abril de 2006, no IESM.

²³ Durante a 5ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, realizada em 28 de maio de 2002.

internacionais com reflexos no contexto regional, tendo sido evidenciada a preocupação com o tema do terrorismo, quer na sua dimensão global ou regional, sendo reafirmada a necessidade dos Estados continuarem a desenvolver ações que contribuam para o incremento do nível de segurança internacional.

Durante a 14ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para Assuntos de defesa (SPAD), realizada na cidade de Lisboa, em 30 de novembro de 2006, a delegação brasileira participou que o Ministro da Defesa assinou o Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa, tendo remetido o mesmo para o Ministério das Relações Exteriores, para ser reencaminhado para Angola. Neste ínterim, a delegação de Angola reafirmou o seu empenho em assinar o referido Protocolo. Desta forma, a adesão ao Protocolo de Cooperação por parte de todos os países membros da CPLP ficou condicionada à ratificação pelo Governo de Angola.

O Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa tem como objetivo estabelecer os princípios gerais de cooperação entre os Estados-Membros, através da sistematização e clarificação das ações a empreender. Neste contexto, procurar-se-á partilhar os conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas na área de defesa militar.

No Protocolo são identificados alguns vetores fundamentais, dentre eles a implementação do Programa Integrado de Intercâmbio de Formação Militar, o prosseguimento dos exercícios da série Felino, considerados como uma excelente oportunidade para aprimorar o emprego conjunto de forças militares, e o reforço do controle e fiscalização das águas territoriais e da zona econômica exclusiva dos países da CPLP, com o emprego conjunto de meios aéreos e navais.

c. A cooperação como alavanca para o desenvolvimento

A CPLP se faz presente em quatro continentes, o que, naturalmente, gera dificuldades impostas pela distância, extensa área geográfica e diversidade de culturas de seus Estados-Membros. Essa situação pode ser considerada como uma potencialidade, a nível internacional, pela riqueza de recursos naturais disponíveis, e igualmente, do ponto de vista interno, pode ser considerada como vulnerabilidade ao progresso da Comunidade. Assim, torna-se fundamental o papel da CPLP como promotora e coordenadora de sinergias nas áreas de interesses comuns, como forma de sobrepujar essas dificuldades.

Passado mais de uma década, desde a sua criação, a CPLP tem crescido em áreas de atuação e amadurecido os conceitos de cooperação, de forma a aperfeiçoar os seus

instrumentos de projeção estratégica e afirmação mundial em meio à diversidade, que decorre da realidade sócio-econômica em diferentes cenários geopolíticos (Fonseca, 2006).

Desta forma, a CPLP tem promovido a cooperação como fator de desenvolvimento em diálogo aberto bilateral ou multilateral, evidenciando, sistematicamente, a importância atribuída ao assunto em suas declarações - “o compromisso de desenvolvimento deve ser compartilhado, numa perspectiva de repartição de responsabilidades e complementaridade de esforços, por meio de estratégia para o desenvolvimento, consubstanciada num Programa Indicativo de Cooperação, que permita potencializar os benefícios para a Comunidade”²⁴.

É com essa concepção, no plano multilateral, que Portugal e Brasil têm compartilhado visões do mundo que se aproximam em vários aspectos. Concordam que seja preciso valorizar as instituições das Nações Unidas, reforçar sua Assembléia Geral e redesenhar o Conselho de Segurança, com vistas a dar-lhes maior legitimidade e representatividade, como também fortalecer os mecanismos de cooperação regional. No entanto, na prioridade que se deve atribuir a cada um desses assuntos é que diferem os pontos de vista brasileiro e português em razão, sobretudo, das alianças das quais participam.

O Brasil procura, por exemplo, defender uma ordem internacional onde os interesses latino-americanos se vejam mais amplamente contemplados, como também dinamizar o diálogo Sul-Sul, através do MERCOSUL. Portugal tem compromissos com a aliança atlântica da OTAN e com a UE, derivados da construção de sua Política externa. Apesar dessas peculiaridades, é na relação amiga Brasil-Portugal onde serão gerados os fundamentos de uma maior aproximação de posições entre esses pólos (Leitão, 2006).

Em 22 de abril de 2000, na cidade de Porto Seguro, na Bahia, no contexto das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, foi assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, que assentou as bases para o estreitamento das relações entre Brasil e Portugal em todos os níveis. A partir de então, vários entendimentos foram realizados. O Primeiro-Ministro José Sócrates visitou o Brasil em agosto de 2006, cumprindo agenda de conversação sobre temas de interesse comum, tais como a imigração, cooperação econômica e investimentos e, no plano multilateral, as negociações da Rodada Doha (OMC)²⁵ e a cooperação no contexto das relações MERCOSUL-UE e CPLP, que

²⁴ VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada na Guiné-Bissau, em 17 de julho de 2006 – Declaração sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Desafios e contribuição da CPLP.

²⁵ Impasses relacionados aos subsídios e acesso ao mercado agrícola ainda se fazem presentes no âmbito da OMC, tornado difícil dar continuidade ao processo de Associação Inter-regional MERCOSUL – UE.

culminou com a visita à EMBRAER, PETROBRAS e Siderúrgica Nacional, dando início a diversas negociações.

As relações Brasil-Portugal têm certamente no campo econômico um de seus vetores mais significativos. É notável verificar a ampla variedade de oportunidades e interesses comerciais que vão se formando dia-a-dia. Há grande interesse por parte dos dois países em incrementar investimentos recíprocos. Portugal recebeu uma média anual de €\$ 23 bilhões em investimentos diretos entre 1998 e 2005, dos quais apenas €\$ 353 milhões provieram do Brasil (média anual), o que coloca o País numa posição de reduzida importância neste contexto, já que a maior fatia do investimento externo em Portugal provém dos países desenvolvidos, em particular da UE (86%) (Leitão, 2006).

Por outro lado, e segundo dados do Banco de Portugal, entre 1998 e 2005 o Brasil recebeu uma média anual de 18% dos investimentos de Portugal no exterior (€\$ 300 milhões). Considerando o nível de investimento português realizado no Brasil, face à dimensão de sua economia, Portugal será provavelmente o maior investidor em termos relativos com grande parcela de seus grupos econômicos presentes no Brasil.

Quanto à balança comercial, entre 2000 e 2005, a média anual das exportações brasileiras para Portugal foi de US\$ 678 milhões (0,2% do total). Já a média anual das importações brasileiras oriundas de Portugal foi de US\$ 183 milhões (1,2%). Apesar dos baixos percentuais, observa-se o crescimento constante do superávit comercial brasileiro, que, em 2005, atingiu o valor de US\$ 784 milhões. Esse quadro deve-se ao fato das Agências de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX), no Brasil, e o Instituto das Empresas para os Mercados Externos (ICEP), em Portugal, prestarem o apoio à idéia de transformar Portugal no centro distribuidor de produtos brasileiros na Península Ibérica (Leitão, 2006).

O MERCOSUL e a UE se reuniram, em dezembro de 2006, com o firme propósito de reiniciar as negociações do Acordo de Associação Inter-regional. Contudo, o Comissário europeu de comércio, Peter Mandelson, insistiu em aguardar pela conclusão da Rodada de Doha (impasses relacionados aos subsídios e acesso ao mercado agrícola), para dar continuidade ao processo. Nesse contexto, Brasil e Portugal estão envidando esforços junto à OMC com vistas à conclusão desse impasse em curto prazo, e que o processo negociador apresente, fundamentalmente, resultado abrangente e equilibrado.

A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) atribui ao conceito de cooperação maiores aspirações - “Uma Europa segura num mundo melhor”. Essa frase demonstra o interesse da União Europeia em promover o desenvolvimento de Estados

Falhados (vizinhos), como forma de inibir ou impedir a propagação de problemas de ordem social para dentro de suas fronteiras (Ramos, 2006).

Portugal tem contribuído significadamente ao longo de vários anos com sua política externa de cooperação aos PALOP, o que constitui, de certa forma, na valorização de seu poder negociador com a UE, OTAN, UEA e demais organizações intergovernamentais. “O papel da cooperação em África tem sido absolutamente determinante para afirmar justamente, no contexto internacional, os interesses importantes do Estado Português e dar visibilidade à nossa acção externa” (Amado, 2006).

O Brasil tem atribuído prioridade ao relacionamento privilegiado em todos os níveis com a África e a CPLP. Em três anos e meio, o Presidente Lula já visitou o continente africano em diferentes oportunidades e tem incentivado a conclusão de acordos comerciais do MERCOSUL com a África do Sul e com os países da CPLP.

O empenho da CPLP em desenvolver instrumentos legais de diferentes níveis de decisão e áreas de atuação contribui para o progresso da Comunidade. No entanto, a realidade é caracterizada pela diferenciação das agendas políticas dos países membros, que privilegiam as suas integrações regionais em resposta aos desafios da globalização, como é natural, frente aos problemas sócio-econômicos confrontados (Lopes, 2003).

d. Síntese conclusiva

A CPLP é uma “realidade” político-social por promover a convergência dos povos, que prescrevem a base ideológica dos laços de amizade e culturais à definição de seus objetivos, apresentando processo evolutivo quer no campo político ou na criação de novos espaços de incentivo ao desenvolvimento de programas de cooperação.

Para o desenvolvimento sustentável da CPLP, os Estados deverão perspectivar a sua inserção regional em articulação com os objetivos da Comunidade, de forma a aglutinar as vantagens do multilateralismo aos interesses de caráter específico, promovendo a convergência de soluções para todos os níveis de cooperação.

A CTM conferida aos PALOP deve ser mantida, ou talvez até ampliada, pois se tem revelado como instrumento eficaz, de forma a contribuir para ajustar as Forças Armadas, desses países, às suas realidades socio-econômicas, conferindo-lhes capacidade para a defesa da soberania e promoção do bem-estar das populações.

O Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa, ratificado pela quase totalidade dos Estados-Membros, representa um grande avanço neste segmento. No entanto, o seu desenvolvimento exigirá esforços de diversos setores, não somente dos

governos, mas também dos agentes econômicos, pois os princípios gerais de cooperação não configuram apenas o caráter de ajuda ou solidariedade.

A preocupação da CPLP com as ações terroristas tornou-se evidente no Protocolo de Cooperação da Defesa, sendo necessário que os Estados desenvolvam ações que contribuam para o incremento do nível de segurança. Neste contexto, se faz necessário partilhar conhecimentos, promover o desenvolvimento de capacidades, notadamente, no que se refere ao reforço do controle e fiscalização das águas jurisdicionais com o emprego conjunto de meios aéreos e navais.

Os exercícios da série Felino deverão ser mantidos ou até incrementados, pois se revestem em excelente oportunidade para aprimorar o emprego conjunto de forças militares, troca de experiências e estreitar os laços de amizade entre os países lusófonos.

O estreitamento dos laços do Brasil com a África favorecerá uma relação tripartite com a Europa. Essa relação por razões históricas, certamente, terá Portugal como ator principal, de forma aglutinar os interesses comuns. Da mesma forma, será o papel do Brasil em relação aos interesses europeus no continente sul-americano.

O Brasil pode ser enquadrado como o centro irradiador dos interesses portugueses no MERCOSUL. Portugal, por sua vez, tem atuado, no mesmo sentido, na defesa dos pleitos brasileiros na União Européia e na África, principalmente lusófona.

As relações Brasil-Portugal são excelentes em todos os aspectos. Os fortes laços de amizade e culturais, o espírito de cooperação e os interesses partilhados canalizam esforços na busca de novos caminhos para o desenvolvimento. Neste sentido, contribuem as oportunidades de investimentos e comércio, que apresentam ainda muito espaço para crescer. No entanto, algumas arestas, no contexto das alianças, têm que ser aparadas para dar impulso ao desenvolvimento, notadamente os impasses à consecução do Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL – UE.

7. Conclusões

A atual conjuntura mundial, marcada por pressões econômicas, promovidas pela globalização, e ameaças transnacionais, que tanto preocupam a comunidade internacional por sua natureza difusa e de atuação global, fez surgir diversas coligações, quer em nível internacional ou regional, com o firme propósito de superar as dificuldades e os desafios.

Nesse contexto, a Cooperação possui papel fundamental, não permitindo que no atual cenário político-estratégico qualquer Estado possa vir a considerar-se verdadeiramente independente. Assim, o Brasil, envolvido pelos desafios que se fazem presentes e cômico da importância do combate às desigualdades sociais, mostra-se atuante e participativo em desenvolver mecanismos de cooperação, que contribuam para o progresso dos Estados e o bem-estar de suas populações.

A projeção do Brasil no cenário internacional como potência média e Nação emergente, que caminha na direção a galgar o seu papel de influência na ordem mundial, não foi consolidada apenas pela extensão territorial, realidade de seu processo democrático, potencial econômico, e ousadias políticas e comerciais bem sucedidas, mas, principalmente, pelos valores e atitudes coerentes, como consequência direta dos esforços despendidos da Sociedade brasileira e de todas as esferas do Poder Nacional.

O Atlântico Sul, diferenciado por apresentar baixa prioridade estratégica para os países com maior significado político, econômico e militar, e estabilidade regional, fruto do bom relacionamento entre os Estados costeiros, tem suscitado preocupações quanto às ameaças transnacionais, notadamente, pelo significativo aumento do tráfego marítimo e pela existência de recursos naturais considerados essenciais à economia mundial.

A forte ligação com o mar é uma componente natural nas relações de interesses dos Estados-Membros da CPLP, o que lhes confere afirmar serem as suas economias dependentes deste espaço, quer pela importância das rotas comerciais ou como fonte de riquezas. Assim, o Atlântico Sul assume o papel de protagonista vital para o desenvolvimento dessas Nações, como também, elo de ligação para articulação de políticas externas de interesses bilaterais ou multilaterais.

O MERCOSUL e a UE possuem interesses econômicos no Atlântico Sul, mormente pela produção e escoamento de riquezas. A vulnerabilidade às novas ameaças, principalmente o terrorismo, fez com que fossem adotadas, respectivamente, medidas internas de segurança. A promissora relação entre os blocos, a partir da consolidação do Acordo de Cooperação Inter-regional, certamente trará benefícios, como o apoio financeiro

aos Estados costeiros com dificuldades para implementar as medidas de proteção marítima em vigor, contribuindo, assim, para elevar o grau de segurança desse espaço.

O estreitamento dos laços do Brasil com a África favorecerá, sem dúvida, uma relação tripartite com a Europa. Essa relação, por razões históricas, certamente terá Portugal como um importante ator, de forma a aglutinar os interesses comuns que venham a se formar. Da mesma forma, será o papel do Brasil em relação aos interesses europeus, principalmente de Portugal, no continente sul-americano. É nesse ambiente, associado à parceria do MERCOSUL e UE, que a CPLP, envolvida com todos esses atores, terá o importante papel de promotora de mecanismos de cooperação.

A relevante posição do Brasil, no contexto regional, e o seu papel de influência em foros internacionais facilitarão a articulação dos objetivos comuns e específicos de Portugal e da CPLP no cenário global, de forma a contribuir para dar soluções aos desafios e dificuldades.

O crescimento sustentável da economia brasileira, o mercado promissor e o potencial de recursos naturais e energéticos geram um quadro favorável ao investimento e incremento de parcerias comerciais com Portugal, que, notadamente, apresenta ainda grande espaço para o desenvolvimento.

As excelentes relações em todos os níveis com Portugal, a crescente atuação da CPLP em diversos domínios e a consolidação do MERCOSUL colocam o Brasil como centro irradiador de sinergias, com a responsabilidade de abrir espaços para a consecução de interesses partilhados no continente sul-americano e no Atlântico Sul.

O Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa, ratificado pela quase totalidade dos Estados-Membros, representa um grande avanço neste segmento. O estímulo ao desenvolvimento da CTM se faz presente no Protocolo, principalmente, pelos importantes resultados alcançados com a contribuição do governo português aos PALOP. Desta forma, o Brasil, amparado por sua política externa de cooperação, poderá contribuir para o incremento da CTM, no âmbito da CPLP, como também para diversas atividades, que permitam partilhar conhecimentos, promover o desenvolvimento de capacidades e estreitar os laços de amizade entre os países lusófonos.

Finalmente, o desafio está lançado a todos os principais atores presentes neste trabalho - a perseverança do entendimento da importância do papel da cooperação como mecanismo promotor de prosperidade para as nações.

Referências

- ADAS, Antônio Melhem (1979). *Estudos de Geografia*. São Paulo: Moderna.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (2003). *Questões de segurança no MERCOSUL pós-atentados nos EUA*. Universidade Federal de Santa Maria. RG. Brasil: Publicações Reppil.
- AMADO, Luis (2006). Discurso do Ministro da Defesa Nacional de Portugal no seminário de cooperação portuguesa em África. Lisboa: IESM.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães (2004). *Amazônia Azul*. Rio de Janeiro: Revista do Clube Naval, ano 113, pp. 12-13.
- CASTRO, Therezinha de (1998). *Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra (ESG).
- COMÉRCIO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Brasil (2006). Secretaria de Comércio Exterior. Balança Comercial. Brasília: APEX.
- COSTA, Mário Rodrigues Filho (2005). *O ISPS-code e a segurança portuária no Brasil*. Monografia - Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM). Rio de Janeiro: EGN.
- COUTO, Abel Cabral (1988) - *Elementos de Estratégia*. Lisboa: IAEM, vol. 1, p.329.
- DIOGO, Luis da Costa. (2004). *Terrorismo em âmbito marítimo*. Lisboa: Revista da Armada, nº. 377 - Marinha de Portugal.
- ENERGIA, Ministério de Minas e Energia - Brasil (2006). *A Política Energética Brasileira*. Palestra do Senhor Marcio Pereira Zimmermann, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, aos Alunos do C-PEM. Rio de Janeiro: EGN.
- ESTRATÉGIA PARA O MAR (2006). Resolução nº. 451 do Conselho de Ministros, aprovada em 10 de Outubro de 2006. Lisboa.
- FERREIRA, Olavo Leonel (1986). *História do Brasil*. São Paulo: Ática.
- FONSECA, Luís de Matos da (2006). *Estratégia Portuguesa Contemporânea – O Espaço de cooperação Lusófona*. Secretário Executivo da CPLP em conferência proferida ao CPOG 2005/2006. [referência de 06 de Maio de 2006]. Lisboa: IESM.
- LEITÃO, José Carlos de Araújo (2006). Encarregado de Negócios do Brasil. Palestra aos Alunos do C-PEM. [referência de 26 de Setembro de 2006]. Lisboa: Embaixada do Brasil.
- LOPES, Carlos (2003). *Entre o regional e o global - CPLP: perspectivas e realidades* in O Mundo em Português, nº. 45. Lisboa: Principia – IEEI.
- LUZ, José Fernandes da, (2004). *Geopolítica do Atlântico Sul*. Trabalho apresentado no Curso Superior Naval de Guerra 2004 / 2005. Lisboa: ISNG.
- MARCHUETA, Maria Regina (2003). *A CPLP e o seu Enquadramento*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MOREIRA, Adriano (1999). *Teoria das Relações Internacionais*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, p. 262.
- NYE, Joseph S. Jr. (2002). *Compreender os conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- OTAN, NOTÍCIAS (2002). *Combater o Terrorismo*. Bruxelas: Bureau de l'Information de L'OTAN, ed. dez./jan./fev. p. 12.
- PDN, (2005). Política de Defesa Nacional (PDN) - Brasil. Brasília: Ministério da Defesa.

PIRES RAMOS, Arthur (1998) – *O mar com elemento estruturante da comunidade de países de língua portuguesa*. Lisboa: Revista ANAIS – ISNG.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luch Van (2003) - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

RAMALHO, José Pinto (2002) - *Reflexões sobre a funcionalidade estratégica do espaço da Lusófona, num quadro de segurança para o Atlântico Sul*. In MOREIRA, Adriano. Lisboa. Revista Estratégia: pp.135-151.

RAMALHO, José Pinto (2006) - *Discurso no seminário de Cooperação portuguesa em África. Vetores de dinamização da política de segurança e defesa nacional*. Lisboa: IESM.

RAMOS, General Fontes (2006). *Poder Naval, Terrestre e Aéreo*. Painel apresentado ao CPOG 2006-2007 em 11 de Dezembro de 2006. Lisboa: IESM.

RAMONET, Ignácio (2004). *Atlas da Globalização*. Lisboa: Le Monde Diplomatic.

ROGEIRO, Nuno (2002). *Guerra em Paz, a Defesa Nacional na nova desordem mundial*. Lisboa: Hugin Editores, Ltda.

SACHETTI, Antonio (1987). *Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico Sul*. Lisboa: ISNG

SANTOS, General José Alberto Loureiro dos (2004). *Convulsões: Ano III da “Guerra” ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV*. Mem Martins: Europa-América, p.15.

SANTOS, General José Alberto Loureiro dos (2006). *A Actual ordem internacional*. Conferência para o CPOG 2006-2007 em 6 de Dezembro de 2006. Lisboa: IESM.

“Sites” da Internet

ANSWERS.com (2006). Dicionário eletrônico [em linha]. [referência de 26 de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.answers.com/main>>.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Brasil (2006). Sinopse Nacional e Internacional [em linha]. Brasília. [referência de 22 de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento>>.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat Filho (2000). *Definição do atual perfil estratégico: Subsídios para revisão da política de defesa nacional* [em linha]. Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. Campinas – SP. [referência de 20 de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: < <http://www.unicamp.br/nee/art11.htm> >.

COSTA, A. Manuel (2005). *A Transição Demográfica* [em linha]. Brasília. [referência de 20 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/merctrab/qdemo/.htm>>.

DOCE, Companhia Vale do Rio (2005). Relatório de Produção [em linha]. [referência de 20 de Novembro de 2006]. Rio de Janeiro. Disponível na Internet em: < <http://www.cvrd.com.br/cvrd/media/REPORT3T05P.pdf>>.

EDUCAÇÃO, Ministério da Educação - Brasil (2006). Programas de Pós-graduação [em linha]. Brasília. [referência de 20 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.educacao.gov.br/nivemod/posgradu.shtm>>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005). Pesquisa Industrial [em linha]. Brasília. [referência de 06 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia>.

IMO, International Maritime Organization (2006, a)). “*Convention for the Suppression of Unlawful Acts Against the Safety of Maritime*” - SUA 88 [em linha]. Londres. [referência de 20 de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: < <http://www.imo.org>>.

IMO, International Maritime Organization (2006, b)). *SOLAS Convention - Status ISPS-Code* [em linha]. Londres. [referência de 08 de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: < <http://www.imo.org>>.

JUSTIÇA, Ministério da Justiça - Brasil (2007). Secretaria de Segurança Pública [em linha]. Brasília. [referência de 18 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: < <http://www.mj.gov.br/senasp/> >.

PALÁCIO DO PLANALTO, Brasil (2004). Discurso do Presidente Lula - 59ª Assembléia Geral da ONU [em linha]. Brasília. [referência de 12 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: < http://www.planalto.gov.br/consea/static/noticias/Lula_ONU.PDF>.

PETROBRAS. Petróleo Brasileiro S/A (2007). *Auto-Suficiência Sustentável* [em linha]. Rio de Janeiro. [referência de 12 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: < <http://www2.petrobras.com.br/petrobras/portugues/autosuficiencia/index.htm>>.

PIRES, Waldir (2006). *As Forças Armadas do Brasil: modernização e incertezas do século XXI* [em linha]. Rio de Janeiro. [referência de 20 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: < <http://nelsonfrancojobim.blogspot.com/search/label/ONU>>.

POPULATION, World (2006) – “*The World Population And The Top Ten Countries With The Highest Population*” [em linha]. EUA. [referência de 05 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: < <http://www.internetworldstats.com/stats8.htm>>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil (2007 a)). Programa de Aceleração do Crescimento [em linha]. Brasília. [referência de 02 de Fevereiro de 2007]. Disponível na Internet em: < <http://www.presidencia.gov.br>>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil (2007 b)). Programa Nacional de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira [em linha]. Brasília. [referência de 02 de Fevereiro de 2007]. Disponível na Internet em: <http://www.presidencia/seap/noticias/ultimas_noticias/seap_noticias04>.

RÁDIOBRAS. Agência Brasil (2004). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista [em linha]. Brasília. [referência de 20 de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_271003_01.htm>.

SAÚDE, Ministério da Saúde - Brasil (2006 a)). Programa Nacional da AIDS [em linha]. Brasília. [referência de 02 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISFDF29F77PTBRIE.htm>>.

SAÚDE, Ministério da Saúde - Brasil (2006 b)). Portal da Saúde [em linha]. Brasília. [referência de 02 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://portal.saude.gov.br/saude>>.

TECNOLOGIA, Ministério de Ciência e Tecnologia - Brasil (2006). Fundos Setoriais [em linha]. Brasília. [referência de 20 de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.mct.gov.br>>.

TRABALHO, Ministério do Trabalho - Brasil (2006). Emprego e Renda [em linha]. Brasília. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: < <http://www.mte.gov.br/> >.

Anexo A – Corpo de conceitos

AMEAÇA – é qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais (Couto, 1988: 329).

AMEAÇAS TRANSNACIONAIS – ameaças entre agentes da cena internacional, protagonizadas por forças transnacionais, independentes do Estado e intervindo na luta pelo poder no interior de cada Estado. (...) A novidade está em que o confronto das ideologias e interesses que representam deixou de ter sempre os Estados como intermediários, antes passaram a ser frequentemente condicionados pela ação daquelas forças transnacionais. (Moreira, 1999: 456)

ÁGUAS JURISDICIONAIS - compreendem a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), onde o Brasil tem direito exclusivo de exploração e exploração dos recursos vivos e não-vivos do solo e subsolo marinhos e das águas sobrejacentes; e a Plataforma Continental que excede as 200 milhas, onde também tem exclusividade para a exploração do leito e subsolo do mar (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar).

CAPACIDADE – aptidão ou possibilidade de uma força militar para desempenhar uma determinada tarefa, missão ou atingir um objetivo, gerada através da combinação eficiente de pessoal, equipamento, infra-estruturas e/ou treino, assentes em doutrina adequada (EME, 2005).

CRISE – ameaça do emprego da força com alta probabilidade de concretização, assim como a ruptura no devir previsível dos acontecimentos, são os dois elementos fundamentais. Será internacional se forem atores do sistema político internacional e interno no caso se verificar no interior do país (Santos, 2006).

DEFESA NACIONAL – é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais e manifestas (PDN, 2005:5).

ESTADO-PARTE e ESTADO-MEMBRO – Estado Parte (ou simplesmente Parte) é o país que ratificou um determinado ato internacional. Estado Membro é o país que integra determinada Organização (Costa, 2005).

ESTADO FALHADO - é o termo utilizado para significar um Estado fraco cujo governo central não tem controle sobre uma grande parte do seu território, pela presença dominante de guerras urbanas, milícias, ou terrorismo em que a própria existência do Estado torna-se dúbia pelo que se transforma em Estado falhado (Answers, 2006).

GLOBALIZAÇÃO – é a principal característica do mundo contemporâneo, evidenciada pela proeminência do vetor econômico sobre o vetor político, numa sociedade de informação à escala global. Realidade cuja dinâmica, influência e peso, transformam sectores das sociedades atuais nas suas dimensões, política, econômica e cultural. Com conseqüências (...) perda de autonomia de governos, poderio de mercados financeiros, desenvolvimento de redes mafiosas (...) o mundo entrou numa nova era repleta de incertezas e ameaças (Ramonet, 2004:5).

PROTEÇÃO MARÍTIMA – o termo proteção marítima “security” designa a segurança física do navio, da sua tripulação, dos passageiros e carga que transporta, das instalações portuárias e interfaces navio-porto. É diferente, portanto, do termo segurança marítima “safety”, que tradicionalmente está ligado à segurança da vida humana no mar e à segurança da navegação (IMO, 2006).

RESOLUÇÃO – documento adotado pela Assembléia da IMO, que ratifica decisão do Conselho ou Comitê da IMO. Pode ser usada também para colocar ou retirar de vigor pequenas emendas a outros instrumentos da IMO. As Resoluções têm caráter compulsório e abrangem grande gama de assuntos (IMO, 2006).

TRANSNACIONALISMO – relações que atravessam fronteiras fora do controle do governo, que inclui atores bem diferentes, estando o poder bastante disperso (Nye, 2002).

Anexo B – Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006)

Artigo 1º (Denominação)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 2º (Estatuto Jurídico)

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3º (Objetivos)

São objetivos gerais da CPLP:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa;

Artigo 4º (Sede)

A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, a capital Portuguesa.

Artigo 5º (Princípios Orientadores)

1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios:
 - a) Igualdade soberana dos Estados membros;
 - b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
 - c) Respeito pela sua identidade nacional;
 - d) Reciprocidade de tratamento;
 - e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
 - f) Respeito pela sua integridade territorial;
 - g) Promoção do Desenvolvimento;
 - h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

Artigo 6º (Membros)

1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.

2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita por decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, e tem efeito imediato. 3. O pedido formal de adesão deverá ser depositado no Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º (Observadores)

A CPLP poderá admitir Observadores com categoria de Associados ou com categoria de Consultivos.

Poderá ser atribuída a categoria de Observador Associado:

1. Aos Estados que embora não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, partilhem os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objetivos idênticos aos da Organização;

2. Às organizações internacionais, universais ou regionais, aos organismos intergovernamentais e às entidades territoriais dotadas de órgãos administração autônomos que partilhem os princípios orientadores e os objetivos da CPLP nos termos referidos na alínea anterior;

3. Os Estados, as Organizações Internacionais Universais ou Regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos, a que se refere o número anterior, beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para Reuniões de carácter técnico;

4. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo às organizações da sociedade civil interessadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da Organização;

5. A categoria de Observador Consultivo permitirá às entidades a quem for atribuída assistir a reuniões de carácter técnico e o acesso às decisões tomadas nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como pelo Conselho de Ministros;

6. As candidaturas à categoria de Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objetivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comitê de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo;

7. As candidaturas à categoria de Observador Consultivo, devidamente fundamentadas, serão dirigidas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comitê de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros para decisão;

8. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações das condições que recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comitê de Concertação Permanente;

9. Qualquer Estado membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

Artigo 8º
(Órgãos)

1. São órgãos da CPLP:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- b) O Conselho de Ministros;
- c) O Comitê de Concertação Permanente;
- d) O Secretariado Executivo.

2. Além dos referidos no número anterior, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais.

3. Na materialização dos seus objetivos a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados membros da CPLP.

Artigo 9º

(Instituto Internacional de Língua Portuguesa)

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.

Artigo 10º

(Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros e é o órgão máximo da CPLP.

2. São competências da Conferência:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros.

4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

Artigo 11º

(Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:

- a) Presidir às reuniões da Conferência;
- b) Acompanhar a implementação das decisões da Conferência e a ação dos demais órgãos da CPLP;
- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 12º

(Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros.

2. São competências do Conselho de Ministros:

- a) Coordenar as atividades da CPLP;
- b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP; c) Definir, adotar e implementar as políticas e os programas de ação da CPLP;
- d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP;
- e) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;

- f) Recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo;
 - g) Eleger o Diretor Executivo do IILP;
 - h) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP;
 - i) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência
3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos.
4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.
5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, à qual deverá apresentar os respectivos relatórios.
6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 13º

(Competências do Presidente do Conselho de Ministros)

São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

- a) Presidir às reuniões do Conselho;
- b) Acompanhar a ação dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;
- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comitê de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 14º

(Comitê de Concertação Permanente)

1. O Comitê de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados Membros da CPLP.
2. Compete ao Comitê de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP.
3. Compete ainda ao Comitê de Concertação Permanente acompanhar as ações do IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP.
4. O Comitê de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
5. O Comitê de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.
6. As decisões do Comitê de Concertação Permanente são tomadas por consenso.
7. O Comitê de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.
8. O Comitê de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 12º, ad referendum do Conselho de Ministros.

Artigo 15º

(Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa)

1. Na prossecução dos seus objetivos, quer entre Estados-Membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem.

2. O IILP gozará de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objetivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Científico.

3. O IILP é chefiado por um Diretor Executivo que é uma Alta Personalidade dos Estados-Membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa, e que será eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, renovável uma única vez.

4. A ação do Diretor Executivo será apoiada pelo Conselho Científico composto por representantes de todos os Estados-Membros e que se reunirá, no mínimo, anualmente. O Secretariado Executivo far-se-á representar na reunião do Conselho Científico pelo Assessor para matérias da Língua e Cultura.

Artigo 16º

(Secretariado Executivo)

1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:

- a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente;
- b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
- c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;
- d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.

2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 17º

(Secretário Executivo)

1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente.

2. No final do mandato, é facultado ao Estado Membro cujo nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos, para o cargo de Secretário Executivo.

3. São principais competências do Secretário Executivo:

- a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objetivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
- b) Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comitê de Concertação Permanente;
- c) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comitê de Concertação Permanente;
- d) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
- e) Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique;
- f) Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;
- g) Representar a CPLP nos fora internacionais;
- h) Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comitê de Concertação Permanente;
- i) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comitê de Concertação Permanente;
- j) O Secretário Executivo poderá delegar no Diretor Geral parte das suas funções incluindo, com caráter excepcional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

Artigo 18º
(Diretor Geral)

1. O Diretor Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período;
2. O Diretor Geral é responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planejamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos levados a cabo pelo Secretariado.

Artigo 19º
(Reunião dos Pontos Focais de Cooperação)

1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP.
2. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência.
3. Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comitê de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre.
4. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

Artigo 20º
(Reuniões Ministeriais)

1. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros.
2. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos sectores.
3. O Estado membro anfitrião promoverá o depósito, junto do Secretariado Executivo dos documentos aprovados nas Reuniões Ministeriais, que deles dará conhecimento ao Comitê de Concertação Permanente.
4. As ações aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As ações a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos.

Artigo 21º
(Quorum)

O Quorum para a realização de todas as reuniões da CPLP e de suas instituições é de pelo menos seis Estados membros.

Artigo 22º
(Decisões)

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados membros.

Artigo 23º
(Regimento Interno)

Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 24º
(Proveniência dos Fundos)

1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.
2. A CPLP conta com um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das Ações Concretas levadas a cabo no quadro da CPLP, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por Regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Artigo 25º
(Orçamento)

1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.

2. A proposta orçamental é preparada pelo Secretário Executivo e, depois de apreciada pelo Comitê de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.

3. O Diretor Executivo do IILP apresentará, anualmente, ao Comitê de Concertação Permanente, um Projeto de Orçamento de Funcionamento acompanhado das necessárias notas explicativas. No início de cada ano, o Diretor Executivo do IILP apresentará um relatório detalhado da execução orçamental, por forma a que este seja apresentado às Auditorias que inspecionam as contas da CPLP.

4. O orçamento de funcionamento do IILP será aprovado, anualmente, pelo Comitê de Concertação Permanente ad referendum do Conselho de Ministros, devendo seguir procedimentos similares aos do orçamento de funcionamento da CPLP.

Artigo 26º
(Patrimônio)

1. O Patrimônio da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 27º
(Emenda)

1. O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretário Executivo uma notificação contendo as propostas de emenda.

2. O Secretário Executivo comunicará ao Comitê de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n.º 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 28º
(Entrada em Vigor)

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

2. Os presentes Estatutos serão adotados por todos os Estados membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 29º
(Depositário)

Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros. Bissau, em 17 de Julho de 2006.

Pelo Governo da República de Angola

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Pelo Governo da República de Cabo Verde

Pelo Governo da República da Guiné-Bissau

Pelo Governo da República de Moçambique

Pelo Governo da República Portuguesa

Pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pelo Governo da República Democrática de Timor-Leste.